



ENTREVISTA

O Movimento Sindical está em crise, mas não é saindo da CUT para formar uma outra central que vai se resolver o problema. É preciso unir-se para pressionar o governo a cumprir os acordos e participar ativamente da discussão das reformas em curso. A opinião é da sindicalista Lúcia Reis, técnica-administrativa da UFRJ e membro da Executiva Nacional da CUT.

Páginas 14 e 15

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

///CORREIOS///

SINDICATO ANDES NACIONAL

CONGRESSO

Desfiliação da CUT divide Movimento Docente e isola a Andes

Ao decidir se desligar da CUT e barrar a Reforma Universitária sem envolver-se no debate, a Andes assume uma posição de isolamento em relação às demais entidades da área de educação. Essas são as principais conclusões dos delegados da Adufrgs que estiveram presentes no 24º Congresso da Andes, em Curitiba. A Adufrgs mantém-se filiada à CUT e, conforme decisão de assembléia, se engaja cada vez mais na discussão da Reforma.

Páginas 8 e 9

A Reforma da Educação Superior

Recentemente o Ministério da Educação divulgou e ofereceu para debate o que chamou de "versão preliminar" do "Anteprojeto da Lei da Educação Superior". Desde a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1988, que estabelece em seu artigo 207 que as universidades são dotadas de "autonomia didático-científica, administrativa, e de gestão financeira e patrimonial", discute-se a necessidade, ou não, de uma lei orgânica que abra o caminho para que as universidades exerçam, efetivamente, estas autonomias. No que concerne às universidades federais, leis, decretos, portarias e outros instrumentos legais têm sido produzidos pelos governos, que violam flagrantemente a autonomia constitucional e causam importantes prejuízos para a boa administração universitária.

O anteprojeto de "regulamentação da autonomia", apresentado pelo ministro Paulo Renato de Souza, assim como a proposta de "nova universidade", apenas esboçada por Cristóvão Buarque e também o presente "Anteprojeto de Lei da Educação Superior", apresentado pelo ministro Tarso Genro, todos encontraram fortes opositores. Ao que tudo indica, pela abrangência de instituições que decidiram participar do debate sobre o conteúdo do presente anteprojeto, este tem grandes chances de dar origem a uma Lei da Educação Superior. Como o nome indica, ele se pretende muito mais amplo do que uma regulamentação da autonomia universitária.

O projeto foi elaborado por uma comissão integrada por professores de boa reputação no meio acadêmico, com uma história de envolvimento na administração universitária e também na sindical. Por isso não surpreende o fato de que o mes-

mo contemple várias das bandeiras empunhadas há muito tempo pela comunidade universitária. E como também não poderia deixar de ser, contém propostas polêmicas, muitas das quais não agradam a boa parte da comunidade. Indubitavelmente, o anteprojeto pode e deve ser aperfeiçoado em muitos aspectos.

Os organismos, associações, sindicatos etc., ligados à educação superior, são os interlocutores mais óbvios e qualificados para criticá-lo, procurando seu aperfeiçoamento. Efetivamente, as entidades nacionais Fasubra, UNE, Andifes, Contee, CNTE, SBPC, ABC, Proifes, além de outras e de muitas Associações de Docentes, entre as

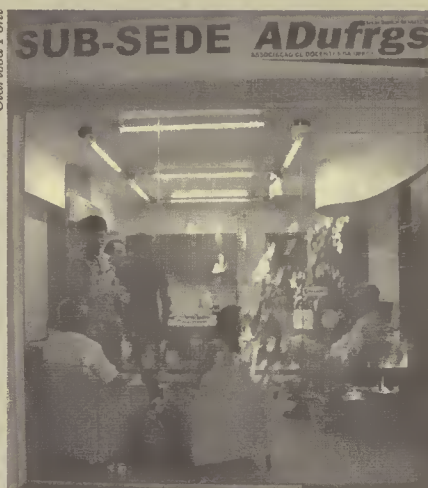
quais a Adufrgs, têm se engajado no debate e apresentado ao MEC documentos com o propósito de melhorar o projeto. Uma notável exceção é a Andes, que, apesar de toda sua tradição na luta em defesa da Universidade Pública, inclusive com conquistas históricas, optou agora por permanecer ausente do debate, empunhando

como bandeira a quixotesca proposta de "barrar a reforma". Ao contrário, a Adufrgs decidiu em assembleia geral, por unanimidade, criar uma comissão para estudar em profundidade a proposta e apresentar um texto de críticas e sugestões, a ser enviado ao MEC. Esse texto, denominado "Análise da versão preliminar do Anteprojeto de Lei da Educação Superior apresentado pelo MEC", foi produzido e está disponível na página da Adufrgs. Sugestões serão muito bem-vindas. Também merece destaque um texto produzido pela "tendência" Andes-Sind, de oposição à atual diretoria da Andes e que não concorda com a referida postura de não participação no debate, também disponível na página da Adufrgs.

"As entidades nacionais têm se engajado no debate. Uma notável exceção é a Andes"

Inaugurada Sub-Sede no Campus do Vale

Clarissa Pont



Professores que lecionam no Campus do Vale ou que por lá circulam eventualmente já podem contar com um novo espaço desde o dia 8 de março, quando foi inaugurada a Sub-Sede da Adufrgs. O local servirá de apoio aos docentes que muitas vezes têm dificuldades para se deslocar até a sede da associação no bairro Cidade Baixa. A idéia, segundo o presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, é levar os serviços do sindicato até seus associados, promovendo uma maior aproximação e consequentemente um maior envolvimento com as questões que interessam à categoria.

Na sala climatizada de 30 metros quadrados, a associação disponibiliza serviços administrativos, como confecção da Carteira de Passagem Escolar, venda de ingressos de cinema, entre outros, além de internet gratuita, café, jornais e revistas. O espaço, situado entre a livraria da Ufrgs e a loja dos Correios, deve servir também de ponto de encontro dos professores e fica aberto de 10h às 13h30min e das 14h30min às 17h, de segunda a sexta-feira. O telefone é 3352-2300.

Professores homenageados

Os professores Hégio Henrique Caseres Trindade (IFCH) e Artur Oscar Lopes (Instituto de Matemática) foram admitidos na Ordem do Mérito Científico Nacional, na classe de Comendador, enquanto o professor Milton Luiz Laquintinie Formoso (Instituto de Geociências) foi promovido na mesma Ordem, na classe Grã-Cruz. A homenagem, prestada no dia 16 de março, é o reconhecimento pelas pesquisas realizadas por estes professores e pelo mérito do trabalho. A Adufrgs sente-se honrada pelos seus associados terem recebido tão prestigiosa láurea por parte do Presidente da República.

Propesq ganha espaço

A Pró-Reitoria de Pesquisa da Ufrgs inaugurou no dia 21 de março novo espaço administrativo no Campus do Vale – Departamento de Acompanhamento à Pesquisa. Localizado nas dependências do Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados (Ilea), o Departamento atuará na identificação, divulgação e apoio às oportunidades e atividades relacionadas à pesquisa, desenvolvendo ações de captação de recursos e promovendo eventos, seminários, encontros e reuniões de trabalho na Sala do Pesquisador.

Alerta ambiental

O atual modelo produtivista, baseado na lógica do lucro a curto prazo, está esgotando o capital natural do planeta, adverte estudo encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que envolveu 1.360 cientistas de 95 países. Segundo eles, a ameaça de colapso ambiental pode se concretizar ainda neste século. O estudo, realizado a pedido do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, alerta que o planeta corre sério risco de sofrer um colapso ambiental ainda neste século, se medidas enérgicas não forem tomadas para reverter o atual quadro de destruição dos recursos naturais.

Privatização da água

A iniciativa privada poderá explorar os serviços de captação, tratamento e distribuição de água no Rio Grande do Sul através do projeto das Parcerias Público-Privadas (PPPs). A Assembleia Legislativa manteve o veto do governador Germano Rigotto (PMDB) a um artigo do projeto das PPPs que excluía a água dos serviços abrangidos pelas parcerias. O autor do artigo é o deputado estadual Estilac Xavier (PT), para quem a medida abre as portas para a privatização do setor. O polêmico episódio mostrou que o projeto das PPPs, defendido pelo governo federal, pode abrir as portas para a privatização de setores que até hoje são geridos pela esfera pública.

CARTA DE CURITIBA

Os docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos no 24º Congresso do Andes/SN, realizado de 24 de fevereiro a 1º de março de 2005, na cidade de Curitiba-PR, com a presença de 356 delegados, 46 observadores e quatro convidados, analisaram e aprofundaram a sua reflexão sobre a conjuntura nacional e internacional. Cientes das responsabilidades que têm diante dos graves problemas que atingem as universidades brasileiras, dos ataques aos movimentos sociais organizados e aos sindicatos e das ameaças decorrentes do crescente domínio do capital e da interferência dos interesses do capital internacional na vida do povo brasileiro, dirigem-se à população brasileira para manifestar a sua veemente crítica à atual política vigente, apresentar suas propostas e deliberações sobre os grandes temas nacionais e a atualização do seu plano de lutas.

Na arena internacional, constataram que a ameaça e a realidade de novas crises financeiras de grande envergadura, com epicentro nos Estados Unidos, testemunham a continuidade da crise mundial do capital, da qual se pretende sair por meio da submissão dos trabalhadores e dos povos oprimidos, e por meio da continuidade das políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, apontaram a crescente resistência dos povos, na América Latina (na Bolívia, na Venezuela, na Argentina e no Equador) e no mundo inteiro, com destaque para as heróicas resistências dos povos iraquiano, palestino e haitiano às ocupações militares e à política imperialista sustentada pelo capital financeiro.

Os congressistas manifestam sua solidariedade à luta desses povos e reafirmam a sua disposição de realizar esforços na integração mundial das lutas de todos os trabalhadores na defesa de suas conquistas e no combate às imposições do capital.

O Governo Lula da Silva mantém sua firme determinação de submeter o País aos interesses internacionais, por meio de um conjunto de medidas como a contra-reforma da Previdência, a Inovação Tecnológica, a liberação dos transgênicos, a Lei de Falências e a Lei das Parcerias Público-Privadas. Acrescenta agora, "as reformas" sindical e universitária. No seu conjunto, o governo amplia o espaço das ações que favorecem o campo privado, desobrigando o Estado de seu papel precípuo de sustentação do que é público e do interesse dos cidadãos.

Em nome da modernização do Estado, avalizadora e garantidora da governabilidade, o País retrocede na distribuição de renda e na criação de empregos dignos. A economia, quando cresce, atende às demandas do capital e amplia a sua inserção subordinada na economia mundial capitalista.

A recente onda de assassinatos no campo, na floresta, e nas periferias nos estados do Pará, Goiás e Rio de Janeiro, demonstram que a realidade social do País não mudou, que por trás das mudanças políticas de fachada, que tantas ilusões despertaram no povo brasileiro, as classes dominantes continuam as mesmas. O suposto empresariado agrário "moderno", vinculado ao agro-negócio, figura central do governo Lula, não vacila, tal qual os velhos latifundiários baseados na grilagem de terras, em utilizar trabalho escravo, jagunços e o recurso ao massacre para defender seus interesses de classe, vinculados por mil laços ao capitalismo internacional.

Os docentes do Andes/SN, em seu 24º Congresso, declaram sua total solidariedade à luta dos trabalhadores sem terra e seu repúdio às ameaças de morte e às chacinhas de lutadores e lutadoras sociais, renovando sua disposição de luta, ao lado de todos os trabalhadores do País, contra a opressão e a exploração de classe.

O 24º Congresso atualizou o plano de lutas do Andes/SN, com ênfase na discussão política sobre os rumos do Sindicato, centrada, principalmente nas reformas sindical e universitária e nas campanhas salariais.

Tratou detalhadamente da reforma universitária, que está sendo preparada pelo governo, e considerou que o pressuposto básico de tratar a universidade como um bem público não-estatal é incompatível com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Os docentes do ensino superior não abrem mão do seu pro-

jeto de educação para o País. Sustentado pelas propostas do Andes/SN para a universidade brasileira, no Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira, o 24º Congresso analisou e definiu uma "agenda para a educação superior: uma proposta do Andes/SN para o Brasil de hoje", para balizar as ações do Sindicato em prol da educação pública e da universidade brasileira e dialogar com a sociedade brasileira e, em particular, com os movimentos sociais que combatem o racismo, definindo, na agenda, política afirmativa articulada a partir do fortalecimento das escolas públicas de ensino médio nos territórios de maior negação dos direitos sociais que, a partir da interação com as universidades públicas e cefets, deverão garantir acesso diferenciado para os estudantes dessas escolas. As definições da agenda se opõem diretamente ao ProUni, à Lei de Inovação Tecnológica e ao Sinaes, a primeira expressão complementar da política governamental de utilização de recursos que seriam fundamentais para a universalização do ensino superior público, para favorecer os empresários da educação superior privada.

O 24º Congresso considerou, ainda, que o processo adotado pelo governo de discussão da reforma universitária, feito de cima para baixo, simulando uma discussão democrática, contraria e ameaça a universidade pública e gratuita. Por isso, exige que se abra um novo campo de discussão, realmente democrático, sem atropelos, sem imposições de sua agenda política, para o debate sobre a universidade pública e gratuita - um patrimônio nacional -, construída pelos esforços de todos os brasileiros, cuja manutenção, avanço e universalização de acesso é uma exigência para a independência nacional na produção do saber, da ciência e da tecnologia, da arte e da cultura.

O 24º Congresso considera que a luta em defesa dos direitos da categoria é parte constitutiva da luta em defesa da educação pública e gratuita. Na atual conjuntura, a coalizão governante tem imposto um retrocesso às conquistas dos docentes com medidas que atingem diretamente seus direitos. A precarização do trabalho docente, o arrocho salarial, a perda de direitos trabalhistas, com valorização do individualismo e da competição, além dos ataques à organização sindical autônoma são os nexos que, do ponto de vista do governo, dão corpo ao seu projeto para a educação superior brasileira. A luta por direitos e por condições de trabalho e salários condizentes com a profissão são condições basilares para se alcançar um padrão unitário de qualidade.

O 24º Congresso repudia todas as formas precarizadas de contratação, exige a liberdade de organização sindical e entende que a qualidade da educação superior somente terá alcance se houver a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Reafirma que na esfera pública é fundamental o fortalecimento das articulações com os demais servidores das esferas federal e estadual e que, no plano das IES particulares, é necessário reforçar a luta para que os docentes das instituições de ensino particular tenham seus direitos de organização autônoma reconhecidos no Andes/SN, que seja barrada a violência, a prepotência e o mandacionismo dos mercadores da educação.

O governo Lula, apoiado no Fórum Nacional do Trabalho, do qual faz parte a CUT, encaminhou uma

reforma sindical que visa a estrangular os sindicatos e a representação de base, reforçando o poder das cúpulas burocráticas das centrais e, também, ainda que proclame o contrário, a ingerência estatal e patronal nas organizações dos trabalhadores. A reforma sindical visa, ainda, a aniquilar a resistência dos trabalhadores, com vista a impor a reforma trabalhista, baseada no malfadado mito do "Custo Brasil", o qual objetiva retirar os direitos básicos dos trabalhadores, conquistados na luta (décimo terceiro, férias, licença-maternidade e outros) e impor a completa flexibilização do trabalho, cenário de barbárie, que é o grande objetivo do capitalismo "global". A completa adaptação da CUT a esse cenário e a essa perspectiva que pretende não combater, mas gerenciar, foi avaliada pelas assembleias de base. A partir dessas avaliações, o 24º Congresso deliberou a desfiliação do Andes/SN da CUT.

Essa decisão é tomada de forma clara, tendo como parâmetro a defesa do sindicalismo classista, autônomo e democrático, opondo-se ao sindicalismo comprometido com a total adaptação das burocracias sindicais à ordem existente.

O Andes-SN continuará, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados.

O 24º Congresso reafirma os princípios de autonomia e liberdade do Andes/SN em relação aos partidos, estados e patrões e este dispõe-se a intensificar, em conjunto com suas seções sindicais, a participação em fóruns como a CNESF, o Conlutas, em fóruns estaduais de luta, entre outros, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária.

O 24º Congresso reafirma, ainda, a organização do Sindicato a partir dos locais de trabalho, o direito de greve e a liberdade e autonomia sindicais, com a sustentação voluntária de seus sindicalizados, requisitos sobre os quais se baseia desde a sua fundação, como fundamentais para a organização e manifestação dos docentes. Reafirma, também, a necessidade imperiosa de construir com toda a classe trabalhadora a luta de emancipação para com ela caminhar na construção de uma sociedade socialista.

Reafirma o compromisso histórico do Sindicato de lutar em conjunto com todos os movimentos sociais por um projeto de sociedade socialista, democrática e emancipadora e de continuar na luta e na resistência, mantendo-se firme e coeso na defesa dos trabalhadores, da universidade pública e gratuita, na certeza de que a história não pára e não parou por ordem dos dominantes. A história, temo-la feito, e continuaremos fazendo-a como demonstra a luta de todos os povos.

Sem vergar, alcançaremos nossos objetivos!
Todos juntos, à construção dessa história!

Curitiba, Paraná,
1º de março de 2005

ANDES - Democracia, mitos e fatos

Sempre se lê nos documentos ou se ouve nos encontros que a Andes é um Sindicato democrático, na medida que suas decisões são tomadas pelas bases, através de seus representantes nas instâncias nacionais deliberativas, que são as reuniões de Setor, os CONADs (Conselho Nacional das ADs) e os Congressos. Esses são os mitos.

Para compreensão dos leitores, cabe uma rápida explicação sobre o funcionamento desses encontros e sua periodicidade. As reuniões de setor, envolvem um representante de cada seção sindical, e a Adufrgs participa do Setor das Federais. A Andes se divide em três setores: Federais, Estaduais e Particulares. Na prática, o único setor que se reúne com regularidade em Brasília é o das Federais, porque as ADs de universidades estaduais negociam direto com os governadores, sem participação da diretoria da Andes, como ocorre nas paulistas, onde quem negocia é o Fórum das Seis. O das particulares é um setor muito pequeno dentro da Andes e as ADs negociam diretamente com os donos das universidades respectivas. ADs municipais são tão poucas que nem constituem um Setor. As reuniões do Setor das Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior) não têm periodicidade fixa e são convocadas pela diretoria da Andes quando necessário, para definir os rumos da Campanha Salarial, por exemplo. No ano passado o Setor das Ifes chegou a se reunir mais de uma vez por mês. Os CONADs (Conselho Nacional das ADs), até o ano passado, reuniam-se ordinariamente duas vezes por ano, em junho e novembro, mas a partir de agora ocorrerão apenas uma vez por ano. Esse evento que congrega apenas 1 (um) delegado por seção sindical, independentemente do número de seus filiados. Existem algumas ADs com menos de 50 filiados e outras com cerca de 3 mil filiados, como as seções da Ufrgs, UFRJ, USP, UFBA e UFMG, por exemplo. A função dos CONADs é definir as diretrizes gerais da Andes, aprovar as prestações de contas e previsões orçamentárias, além de atualizar os planos de luta. Finalmente, o Congresso reúne-se ordinariamente em fevereiro e é a instância máxima da Andes, decidindo inclusive sobre mudanças estatutárias.

Aqui começamos uma análise dos fatos e da representatividade desses eventos. Como já foi citado, as reuniões de Setor ou os CONADs reúnem 1 (um) delegado por AD, mas o Congresso tem uma metodologia mais complicada para a definição do número de delegados de cada uma das entidades de base que compõem a Andes, a saber: cada diretoria de AD pode indicar 1 (um) delegado, que não precisa ser eleito em Assembleia Geral. A Adufrgs, nos últimos anos, tem indicado seu presidente como delegado, o que ocorreu no 24º Congresso, em Curitiba. Além desse, ainda podem ser eleitos, necessariamente em AG, um número variável de delegados, conforme a Tabela 1.

Tabela 1

Cálculo do número de delegados ao Congresso por AD

Filiados	Delegados
1 a 500	1 para cada 100 ou fração
501 a 1000	1 para cada 250 ou fração
1001 em diante	1 para cada 500 ou fração

Para exemplificar, veremos três casos, tomando por base os números oficiais da Andes, válidos para o 24º Congresso, sempre se levando em conta que cada AD terá além dos delegados eleitos, como mostrado na Tabela 1, mais um delegado de diretoria.

Adufrgs: 2.689 filiados - 5 (cinco) delegados para os primeiros 500 filiados, mais 2 (dois) para os filiados de 501 a 1000 e finalmente mais 4 (quatro) para os filiados de 1.001 a 2.501, além de 1 (um) pela Diretoria = 12 delegados;

ADUCSal (Univ. Católica de Salvador): 342 filiados - 4 (quatro) delegados para os filiados 1 a 301 e mais 1 (um) de Diretoria = 5 (cinco) delegados;

Sindurca (Universidade Estadual do Cariri, no Ceará): 14 filiados - 1 (um) delegado para os filiados e mais 1 (um) de diretoria = 2 (dois) delegados.

Esses três exemplos foram escolhidos por serem representativos das diversas situações que existem na Andes, com ADs grandes, médias e pequenas. Uma análise rápida dos dados que constam da Tabela 1 mostra que o número de delegados "é achatado" na medida que aumenta o número de filiados, o que evidentemente tende a causar um profundo desequilíbrio na razão entre o número de filiados e de delegados. Cada delegado de uma AD grande representa um número muito maior de filiados do que o delegado de uma AD de menor porte, apesar de cada delegado ter direito sempre a um único voto. Para ilustrar, a Tabela 2 mostra alguns exemplos do número de filiados para cada delegado no 24º Congresso.

Tabela 2

Proporção de filiados por delegado

AD	UF	Setor ^a	Filiados	Delegados	Filiados/Delegado ^b
ADUFRJ	RJ	F	3377	13	260
ADUFRGS	RS	F	2689	12	224
ADUNESP	SP	E	1557	10	156
ADUFCG	PB	F	753	8	94
ADUCSAL	BA	P	342	5	68
ADUNICENTRO	PR	E	79	2	40
SINDURCA	CE	E	14	2	7

a. F - Federais, E - Estaduais e P - Privadas.
b. Valores arredondados para números inteiros.

Os dados da Tabela 2 mostram a enorme distorção que a fórmula de cálculo acarreta na representatividade dos delegados nos Congressos da Andes, o peso de um filiado da maior AD nas decisões do Congresso vale 0,03 vezes o de um colega seu que seja filiado a menor. Acreditamos que esta situação não é adequada para uma entidade representativa nacional que se pretenda ser considerada democrática, sobretudo se considerarmos que diz respeito à educação, visto que cada professor filiado tem os mesmos direitos perante a Lei, ou não?

Neste momento cabe a indagação de se, apesar da enorme diferença de peso entre as diversas ADs, isto seria relevante nas decisões do Congresso, considerando-se o universo dos filiados e suas representações nas delegações.

Na Tabela 3, são apresentados alguns números significativos para que tal análise possa ser feita. Nela, as ADs foram divididas em quatro perfis, as menores, as médias, as grandes e as maiores. Assim os dados de número de filiados e delegados podem ser tomados no contexto do último Congresso, realizado entre 24 de fevereiro e 1º de março passados. Em um universo de 67.237 filiados em 70 ADs, obtém-se potencialmente um total

Tabela 3

Quadro das Delegações das ADs que compareceram ao 24º Congresso da Andes, em Curitiba, PR, por perfil de entidade

Perfil (filiados)	Total de Filiados	Total de Delegados	nº SS ^a	% Filiados	% Delegados ^b	% SS ^c
até 500	5.707	94	26	8,49	19,11	37,14
501 a 1000	13.661	141	19	20,32	28,66	27,14
1001 a 2000	23.854	151	16	35,48	30,69	22,86
+ de 2001	24.015	106	9	35,72	21,54	12,86
Total	67.237	492	70			

a. nº de Seções Sindicais que se inscreveram no Congresso.
b. nº potencial de delegados. No Congresso se credenciaram 368.
c. Percentual das Seções Sindicais que compareceram ao Congresso.

de 492 delegados que foram assim distribuídos segundo as regras descritas anteriormente.

A Tabela 3 mostra dados contundentes que demonstram a tese que defendemos neste artigo: a de que os eventos deliberativos da Andes carecem profundamente de equidade entre as Seções Sindicais e conseqüentemente entre os sindicalizados. Como se pode observar, as ADs grandes (entre 1.001 e 2.000 filiados) e as maiores (mais de 2.001 filiados) contam com cerca de 70% dos filiados, mas no Congresso elegem apenas 52% dos delegados. Se pensarmos na proporção dos CONADs e reuniões de Setor, a desproporção é muito mais gritante, pois essas ADs são apenas 25, ou seja, apesar de reunirem 70% dos filiados, somam 36% dos votos. Nos CONADs as ADs pequenas (com até 500 filiados) que são muitas, têm cerca de 8,5% dos filiados e contam com cerca de 37% dos delegados.

A representação também é desequilibrada se compararmos os setores, ainda que em menor grau, como pode ser visto na Tabela 4, sempre tomando por base o 24º Congresso, de 2005.

Tabela 4

Quadro das Delegações das ADs que compareceram ao 24º Congresso da Andes, em Curitiba, PR, por setor

Setor	Total de Filiados	Total de Delegados	nº SS ^a	% Filiados	% Delegados ^b	% SS ^c
Federais	53.120	365	47	79,00	74,19	67,14
Estaduais	13.294	114	20	19,77	23,17	28,57
Mun. e Priv.	823	13	3	1,22	2,64	4,29
Total	67.237	492	70			

a. nº de Seções Sindicais que se inscreveram no Congresso.
b. nº potencial de delegados. No Congresso se credenciaram 368.
c. Percentual das Seções Sindicais que compareceram ao Congresso.

Como mostrado acima, o maior prejuízo para os filiados das Federais se dá nos CONADs, pois agrupam 79% dos filiados e detêm apenas 67% dos votos. Aqui cabe lembrar que no CONAD de Aracaju, em junho de 2004, foi votada e aprovada a entrada em greve das Ifes e os delegados dos outros setores não declinaram do voto, o que recomendaria a ética, já que estavam votando em uma greve que os outros, e não eles, fariam e sofreriam as conseqüências.

Para finalizar este artigo vamos simular como seria a distribuição dos delegados ao Congresso se ela fosse

feita de forma proporcional ao número de filiados, considerando-se o universo de 492 delegados, para que se possa comparar com o ocorrido no 24º Congresso. Não estão sendo consideradas as ADs que não compareceram ao 24º Congresso, mas isso não altera muito o quadro. Se elas fossem computadas, apenas aprofundariam as discrepâncias, pois são em grande parte pequenas ADs.

A Tabela 5 mostra a distribuição proporcional simulada dos delegados e a diferença em relação ao quadro atual.

Tabela 5
Simulação de Distribuição Proporcional dos Delegados ao Congresso, com o ajuste em relação ao quadro atual.

Perfil das ADs (filiados)	Nº de Delegados		Ajuste
	Regra Atual	Proporcional	
até 500	94	42	- 52
501 a 1.000	141	100	- 41
1.001 a 2.000	151	175	+ 24
+ de 2.001	106	176	+ 70
Setor			
Federais	365	389	+ 24
Estaduais	114	97	- 17
Mun. e Priv.	13	6	- 7

Nota-se então nos dados da Tabela 5 que, para se ter a proporcionalidade respeitada, as ADs com mais de 1.000 (mil) filiados deveriam ter 94 delegados a mais às expensas das ADs pequenas e médias, assim como as Federais deveriam ter 24 delegados a mais. Esses números fornecem a evidência definitiva do desequilíbrio do Congresso

e, sem dúvida, permitem que se questione as decisões que essas instâncias tomam. A Adufrgs, por exemplo, deveria ter 20 delegados, 8 (oito) a mais do que tem hoje.

Este artigo é uma tentativa de mostrar a injustiça da distribuição de delegados nos eventos da Andes, os Congressos e principalmente os CONADs e as Reuniões de Setor. Não se trata de desmerecer as pequenas ADs, mas de demonstrar que os professores das maiores entidades são sim prejudicados, pois seu peso nas decisões da Andes é muito menor do que deveria ser, dentro da própria lógica da eleição para a diretoria da Andes, onde cada filiado tem direito a 1 (um) voto. Se a eleição da diretoria é assim, porque em CONADs ou Congressos nosso voto vale tão pouco?

O que enfraquece a Andes e compromete seu futuro não é a existência de divergências internas e a exposição pública delas, mas sim esse tipo de distorção aqui apontada, associada a uma prática que tende a aprofundar a hegemonia das pequenas ADs, que é a da proliferação deliberada de pequenas entidades ocorrida nos últimos anos. É evidente pelos números mostrados acima, que cada vez que se cria uma nova entidade, mais se aprofundam as distorções. É um ciclo vicioso que não tem mais fim. E essa situação obviamente interessa a quem detém o poder na Andes, pois é

lógico que a diretoria que funda ou ajuda a fundar uma nova entidade tem muito mais influência nela, até pelas possibilidades econômicas de se fazer presente nos locais distantes onde estas entidades normalmente se situam. Para comprovar isso, basta que se observem os resultados eleitorais das eleições para diretoria da Andes em 2004.

Da mesma forma que na Câmara Federal, torna-se impossível modificar este quadro e atingir a proporcionalidade democrática, pois a maioria dos delegados, que provêm das entidades favorecidas não têm nenhuma vontade de perder esse poder. Basta ver que o texto de resolução apresentado pelo professor Rubens Weyne da Adufrgs, que reproduzo abaixo, foi fulminado no 24º Congresso.

Como mudar esta situação? Talvez só com uma re-fundação, em novas bases, de entidade nacional dos docentes. O que é líquido e certo é que toda e qualquer decisão emanada desses eventos nacionais pode ser contestada, e considerada como não representativa do pensamento do conjunto dos filiados. E não se diga que não se tenta mudar este quadro por dentro das instâncias da Andes, como prova o texto de resolução a seguir, que já foi defendido em Teresina, em 2003, com o mesmo resultado de agora. O que fazer então? Esta é a pergunta que fica.

Anexo - Texto de Resolução do Prof. Rubens Weyne:

1. O 24º congresso delibera que a eleição de delegados para os congressos do sindicato levará em conta o número de sindicalizados presentes na assembléia. Para cada delegado a que a AD ou Regional tem direito é necessário a presença de 10 (dez) ou fração superior a 5 (cinco) sindicalizados na assembléia.

O número máximo de delegados a que cada AD ou Regional terá direito corresponderá a 1 (um) para cada 100 (cem) ou fração superior a 50 (cinquenta) sindicalizados em dia com suas contribuições financeiras, 30 dias antes da Assembléia Geral.

JURÍDICO

Francis Campos Bordas - assessor jurídico da Adufrgs

Relator de recurso da Adufrgs estende os 3,17% a toda categoria

Há vários anos a Adufrgs vem pleiteando o reajuste de 3,17% que deveria ser pago em janeiro de 1995 a todos os servidores civis do Poder Executivo. O Sindicato obteve a vitória, dando início à fase de execução, momento em que o Judiciário e a Ufrgs levantaram uma série de obstáculos ao processo, em geral, relativos à legitimidade do sindicato para executar valores de seus associados. Eles entendiam que o sindicato não poderia agir em nome de seus associados na fase de execução.

Com acolhimento, ainda que parcial, dos recursos interpostos pela assessoria jurídica, foi garantido que o Sindicato pode pleitear, ao menos, a incorporação em folha, ficando a cobrança dos atrasados (de 1995 até a incorporação) ainda em discussão. A Adufrgs recorreu para Brasília, para que a execução dos atrasados também seja feita pelo Sindicato.

No final do ano de 2004 foi feita a incorporação em folha de pagamento dos docentes associados ao sindicato. Po-

rém, na época do ajuizamento deliberou-se pela representação de toda a categoria (e não apenas sócios). Assim, a Adufrgs recorreu de uma recente decisão do juiz do processo que entendeu que a incorporação em folha seria devida apenas em favor dos associados que entregaram procuração aos advogados da associação.

Recentemente, o Desembargador Federal Edgar Lippmann Júnior recebeu o recurso e acolheu um pedido do Sindicato de que prontamente seria feita a extensão da legitimidade do Sindicato para toda a categoria. Esta decisão é uma espécie de antecipação do resultado do recurso, que será julgado depois de ouvida a Ufrgs e o Juiz que deu o despacho recorrido, mas com efeitos práticos imediatos.

A assessoria jurídica da Adufrgs pedirá em breve que o juiz intime a Ufrgs para que complemente a incorporação dos 3,17% para toda a categoria.

Tão logo tenhamos retorno desta decisão, comunicaremos.

FUNÇÕES COMISSIONADAS STJ nega recurso da Ufrgs

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o recurso da Ufrgs no processo envolvendo o corte das Funções Comissionadas (FCs). A decisão foi publicada no Diário Oficial, no dia 21 de março. A decisão, por maioria de votos, manteve o julgamento anterior do Tribunal Regional Federal (TRF), que garantia o pagamento das FCs no molde praticado desde 1988, proibindo a Ufrgs de adotar o parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que determinava o recálculo.

Em alguns casos, se adotado este parecer, o docente sofreria perda de até 70% em seus ganhos. Teoricamente, a Ufrgs ainda pode recorrer desta de-

cisão. Porém, é importante ressaltar que quando do julgamento em 2º grau, em Porto Alegre, a Ufrgs não ingressou com recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, provavelmente, o STJ seja a última instância a julgar o assunto.

Segundo a Assessoria Jurídica da Adufrgs, a AGU tem adotado como hábito ingressar com ações rescisórias para desfazer condenações a ela impostas, a exemplo do que ocorreu em ações de planos econômicos. A íntegra do acórdão está disponível no site www.stj.gov.br e o número do processo, para consulta é RESP 465.445.

assessoria jurídica
atendimento ao associado

por telefone: segunda a quinta, das 14h às 16h

plantão na Sede da Adufrgs: quarta-feira, pela manhã, com hora marcada pelos telefones (51) 3228.1188 - 3316.3495

Informações sobre o andamento de processos podem ser encontrados no www.adufrgs.org.br

Maria Ivone dos Santos - professora do Instituto de Artes da Ufrgs

Fotos divulgação / Projeto Perdidos no Espaço

PERDIDOS NO ESPAÇO

no 5º Fórum Social Mundial

Durante o 5º Fórum Social Mundial, um grupo de professores do Instituto de Artes da Ufrgs promoveu uma série de atividades dentro do tema "Efeitos de Borda: Subjetividades e Espaço Público", que tiveram como palco o auditório do Memorial do Rio Grande do Sul, o Cais do Porto e a orla do arroio Dilúvio. O trabalho, que faz parte do programa Formas de Pensar a Escultura/Perdidos no Espaço, analisa as possibilidades de habitar o espaço pela prática artística e redesenhar a relação do indivíduo com o ambiente e com o outro. As atividades foram promovidas pela Adufrgs.

Quando somos questionados sobre o que é o projeto "Perdidos no Espaço", dizemos que o mesmo não é apenas o nome de um coletivo ou de um grupo que pesquisa, através da arte, o conceito de espaço e sua inscrição na cidade e no social, mas sim, a condição na qual nos encontramos artistas, pesquisadores, habitantes deste tempo e deste espaço.

A atividade que hoje se constitui como o programa de extensão – Formas de Pensar a Escultura – do Departamento de Artes Visuais começou em 1998, quando propusemos uma série de ações interligadas. A primeira atividade foi o curso intitulado "Cama, Mesa e Banho", no qual se buscava trabalhar a partir de experiências do cotidiano de um espaço interno – o espaço da casa – discutindo o campo ampliado da escultura. Paralelamente ao curso, ministrado pelo artista e professor da Ufpel (Universidade Federal de Pelotas) Daniel Acosta, realizamos uma exposição individual do mesmo artista na Galeria da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo e um encontro aberto à comunidade.

Nesse momento pareceu-nos fundamental abrir nossa forma de funcionamento a outras práticas e interlocuções. Prosseguimos nesta via ampliando ainda mais o diálogo entre a graduação e as pesquisas desenvolvidas na área de Artes Visuais do Programa de Pós-Graduação em Artes. Estimulamos encontros entre os alunos da graduação e artistas pesquisadores, usufruindo também da possibilidade de recebê-los em estágio docência junto às disciplinas da área da escultura. Destas atividades frutificaram novas ações e propostas.

Consideramos importante proporcionar-lhes oportunidade de conviver com pesquisas em estágios mais avançados e ao mesmo tempo familiarizá-los com a diversidade de propostas ali desenvolvidas. Temos recebi-

do, como retorno, um maior empenho dos alunos da graduação ao assumirem desde cedo uma postura mais crítica e participativa. Praticamos assim, no interior de uma atividade curricular, novas formas de trabalhar e de pensar inclusive a relação ensino-aprendizagem.

Em 1999, Raquel Stolf, mestrande do programa, realizou seu estágio docência "Palavra Instalada", junto à disciplina de Laboratório da Linguagem Tridimensional. Havíamos proposto discutir de que forma os artistas visuais lidam com a palavra como um material de trabalho, integrando-a aos multimeios da arte. Acolhemos, em 2002, Fernando Falcão, mestrando do Propur, que foi convidado a debater sobre as relações entre Arte e Arquitetura. Este encontro gerou um curso de extensão cujo público era formado por alunos da graduação, mestrandos do PPGAV e artistas da comunidade externa ao Instituto de Artes. Os resultados destas atividades puderam ser compartilhados no *site* que criamos com a finalidade de divulgar as ações. O entusiasmo do grupo levou-nos a propor uma série de atividades – intervenções, cursos, publicações – durante o 3º Fórum Social Mundial, em 2003.

Através da Adufrgs, e numa parceria com o PPGAV, a Prorext e o Museu da Universidade, propusemos durante o 3º Fórum a realização de um seminário e de uma série de intervenções dos alunos e de artistas convidados nos espaços do Campus Central da Ufrgs. Esta ocasião nos permitiu conhecer e reunir muitos artistas que vieram assistir nossa oficina-seminário. Encontramos igualmente outros professores de arte de outras universidades do Brasil e do exterior, que desenvolviam, ou pensavam em desenvolver experiências similares. Saliento em particular o projeto "Campus Musa" na UnB (Universidade de Brasília).

Um trabalho de divulgação sistemático e as publica-

ções deram sequência a estes encontros públicos. Na página da internet divulgávamos o programa e acolhíamos colaborações e textos de outros artistas. Instauramos um ambiente crítico muito eficaz que contou com a participação ativa de um grupo de alunos da graduação e da pós, responsáveis pela alimentação do *site* e pela organização das colaborações críticas ali veiculadas.

O "Perdidos" trilhou um caminho que aos poucos foi se constituindo como uma ação mais transformadora. Ao propor temas e formas de ampliação do currículo da área da escultura, propiciamos o enriquecimento e a convivência dos alunos nos contatos com pesquisadores do Mestrado e com artistas da comunidade externa. Abrimos as disciplinas da escultura a novos rumos, desenvolvendo projetos a partir de temas definidos pelos próprios participantes. Movimento e ação que produziram uma dinâmica interessante, pois constatamos que o espaço da ação artística se ampliava a cada nova abordagem.

O público envolvido pelas ações artísticas propostas se assumia e se implicava no trabalho. Era como se um pouco de Porto Alegre se revelasse, a cada ação, mostrando a presença das subjetividades artísticas que a pontuavam de forma discreta. Afirmando que o projeto deseja resguardar este espírito investigativo e a necessária autonomia de cada um dos participantes, ao mesmo tempo em que busca interagir com os outros segmentos da pesquisa na Universidade, a fim de enriquecer proposições comuns. Desejamos, num futuro próximo, fomentar um grupo de estudos para pensar no espaço da cidade e no papel das subjetividades. Mas desejamos assumi-lo com a cabeça da arte e isto pressupõe, sobretudo, uma implicação crescente dos indivíduos artistas com o seu meio e uma abertura para a multiplicidade de olhares decorrentes destes contatos.

CONGRESSO

Decisões polêmicas racham o Movimento Docente Nacional

A decisão de desfiliar a Andes da CUT e a posição de não discutir a Reforma Universitária, aprovadas no 24º Congresso da Andes/SN, podem levar a um isolamento da Entidade Nacional com relação a outras entidades da área da educação e, conseqüentemente, à luta conjunta do Movimento Docente. Essa é uma das principais preocupações dos delegados da Adufrgs que estiveram presentes no encontro, realizado em Curitiba entre os dias 24 de fevereiro e 1º de março de 2005.

Uma alteração do estatuto, que trata do percentual de contribuição das Associações de Docentes (ADs), é considerada pelos participantes como um precedente para a retirada da autonomia das ADs.

Maricélia Pinheiro



Rubens Weyne

Plenário: encontro em Curitiba aprovou deliberações da diretoria da Andes que já contava com número suficiente de aliados

Após conseguir aprovar a proposta de desfiliar a Andes da CUT, a direção da Entidade Nacional colocou em pauta a "entrada" imediata no Conlutas (agrupamento de sindicatos dissidentes). O objetivo é intensificar a participação da Andes no que seria o embrião de uma nova central sindical. O presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, ressalta que a Adufrgs continua filiada à CUT, conforme decisão de assembléia. Para ele, no momento em que a Andes decide sair da CUT, abre-se uma enorme rachadura política e sindical no Movimento Docente.

Tensão

De acordo com o relato dos delegados da Adufrgs, o clima tenso que permeou todo o Congresso começou no credenciamento, quando algumas ADs foram proibidas de participar com delegados porque estariam inadimplentes com a Andes. Coincidentemente, todas faziam parte grupo contrário à conduta política da diretoria, inclusive com relação ao desligamento da CUT. A AD de Belo Horizonte, APUBH, uma das que mais

tem feito oposição à direção da Andes, já chegou com uma liminar da Justiça, que garantiu a inscrição de seus delegados. Algumas conseguiram liminar no decorrer do encontro e outras desistiram. O grupo recebeu apoio de várias ADs, entre elas a Adufrgs.

A ausência de democracia passa também pela escolha dos chamados grupos mistos, que se reúnem para debater o Caderno de Textos e depois levam suas resoluções ao plenário. Segundo observações dos delegados da Adufrgs, os grupos são definidos pela diretoria da Andes sem consulta prévia ao plenário. Eles acreditam que o critério de escolha seja direcionado para colocar em cada grupo um número suficiente de delegados que garanta a aprovação das propostas da diretoria, uma vez que estas venceram em todos os grupos mistos. Essa tem sido uma prática constante em todos os encontros da entidade nos últimos anos, o que reforça a desconfiança dos opositores.

As disparidades na escolha das delegações que vão aos Congressos também vêm sendo questionada. Segundo o presidente da Adufrgs, o número de delegados por docente

associado à AD é muito maior para as pequenas ADs do que para as grandes. Assim, o número de filiados representados por cada delegado da Adufrgs, por exemplo, que tem quase 3 mil associados, é muito maior que no caso de uma AD que tenha 100 filiados, mas o peso do voto de cada delegado é o mesmo (leia artigo sobre o tema nas páginas 4 e 5). Isso significa que a posição majoritária dos congressos nem sempre é a da maioria dos professores, alerta Rolim. Para ele, essa prática tem garantido resultados favoráveis à diretoria da Andes, uma vez que seus aliados estão concentrados em pequenas ADs do interior e nas estaduais paulistas.

Reuniões extras

O encontro em Curitiba propiciou momentos ricos de debate, mas que aconteceram fora do espaço do Congresso, quando as delegações contrárias à posição da Andes se reuniram para debater a Reforma Universitária, tema que a Entidade Nacional se recusa a discutir. Das reuniões surgiu um documento que deve ser apresentado ao governo como sugestão de alteração

do projeto. As ADs que defendem o engajamento da categoria na discussão da Reforma Unversitária vêm promovendo debates em suas bases, em um esforço conjunto de tentar mudar o que não está bom no anteprojeto do governo. Na Adufrgs, por exemplo, o empenho de um grupo de professores gerou um parecer oficial, que será encaminhado ao governo. O documento está disponível na página eletrônica da Adufrgs (www.adufrgs.org.br). [ver matéria ao lado]

A decisão do Congresso de simplesmente barrar a Reforma Universitária coloca a Andes em uma posição de isolamento com relação às outras entidades da educação, acreditam os delegados da Adufrgs que estiveram em Curitiba. No mesmo período em que aconteceu o Congresso, o ministro Tarso Genro promoveu uma reunião em Brasília para discutir a Reforma Universitária, da qual participaram várias entidades, entre elas o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifés). A Andes, por opção própria, ficou de fora, o que revela a posição sistemática

Nota Oficial da Diretoria da ADUFRGS

A Diretoria da ADUFRGS reunida em dezesseis de março de dois mil e cinco, analisando os resultados do 24º Congresso da ANDES e a Conjuntura Nacional, vem a público expressar o que segue:

1. O 24º Congresso da ANDES, realizado em Curitiba (PR) entre 24 de fevereiro e 1º de março de 2005, quando decidiu pela desfiliação da CUT, coroou uma trajetória de afastamento progressivo da grande maioria das demais organizações sindicais do território nacional;

2. Foi verificada nesta política da ANDES, pelas delegações de várias de suas seções sindicais (ADUFRGS, APUBH, ADUFG, APUB, ADUFEMS, ADUFC, ADUFPB, ADUFSCAR, ADUFPI, entre outras) uma manobra da Diretoria Nacional da ANDES de, enquanto encaminha a desfiliação da CUT, privilegiar a criação de uma nova Central Sindical, o CONLUTAS, melhor identificada com a base partidária (PSTU, PSOL) à qual grande parte dessa diretoria pertence ou apóia;

3. A despeito de que possamos e devamos nos posicionar criticamente às condutas da atual diretoria da CUT (e também da diretoria da ANDES) perante o processo recente de implantação desastrosa da Reforma da Previdência, a decisão de se desfiliar da CUT, que reúne mais de 20 milhões de trabalhadores, não é estrategicamente interessante no atual contexto de enfrentamento dos interesses dos professores de ensino superior com o governo federal;

4. A decisão de não discutir e, ao contrário, de "barrar" a Reforma Universitária, no momento em que todas as entidades sindicais do Setor da Educação (FASUBRA, UNE, CNTE, CONTEE, entre outras), constituíram uma grande junção de forças, reafirma a postura isolacionista da ANDES afastando os docentes deste debate;

5. Esta política da ANDES culminou com sua ausência numa reunião com o Presidente da República em 27 de fevereiro último, onde estiveram presentes e expressaram a intenção de participar ativamente das discussões da Reforma Universitária, além das entidades já citadas, o PROIFES, a SBPC, a ANDIFES e a ABC;

6. Por fim, mas não menos importante, o 24º Congresso aprovou mudanças estatutárias que diminuem e talvez eliminem a autonomia das Seções Sindicais locais, rompendo um pacto não escrito que sempre manteve a unidade da ANDES.

Por todas estas razões, a diretoria da ADUFRGS alerta a diretoria da ANDES para as conseqüências desta ação política isolacionista no cenário nacional e agressora da autonomia das Associações Docentes locais.

A ADUFRGS, em respeito a sua história, deverá escolher o seu caminho, como sempre integrando um bloco de forças propositivas e de luta perante questões de relevância, a exemplo presente da Reforma Universitária.

Não deverá aceitar em hipótese alguma qualquer ameaça à sua autonomia, tanto de governos quanto de partidos políticos e não se eximirá de lutar pela defesa dos interesses firmados e das posições deliberadas em suas Assembléias Gerais.

Não deverá mais aceitar as posturas ineficazes que conduziram o movimento docente às derrotas na Reforma de Previdência em 2003, e na Campanha Salarial em 2004;

Para tanto, conclama todos os seus filiados a cerrar fileiras em torno de sua entidade com o objetivo de decidir quais os caminhos que devem ser seguidos, levando em conta sua inserção nos Movimentos e Entidades Nacionais nos próximos momentos.

Que o futuro da ADUFRGS seja o espelho da vontade de seus filiados.

Diretoria da Adufrgs

**Porto Alegre,
16 de março de 2005.**

da Entidade Nacional de fazer oposição ao governo e não se envolver nos debates. Vale lembrar que essa mesma conduta contribuiu para a aprovação da Reforma da Previdência, em um formato desastroso para o funcionalismo público.

Autonomia ameaçada

A escalada rumo à perda de autonomia por parte das ADs começou no Congresso de Rio Grande, em 2002, quando foi aprovada a proposta da diretoria de proibir a criação de novas ADs no formato jurídico

atual. As novas associações de professores deveriam então se constituir em forma de seção sindical da Andes, ou seja, entidades com menos poder de decisão. No 24º Congresso, a intenção de tolher a autonomia das ADs ficou ainda mais clara quando foram aprovadas alterações no Estatuto da Andes que tratam dos critérios de contribuição, que antes eram definidos pelas ADs. A perda de autonomia, ressalta o presidente da Adufrgs, abre possibilidades legais para a Andes, inclusive, confiscar bens materiais das ADs.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Adufrgs apresenta análise do anteprojeto

Depois de dois meses debatendo o anteprojeto de lei da Reforma Universitária, a comissão constituída por membros da diretoria da Adufrgs e associados (as) elaborou o documento "Análise da versão preliminar do Anteprojeto de Lei da Educação Superior apresentado pelo MEC", que aponta os aspectos positivos e negativos do anteprojeto do governo. O documento, enviado ao MEC, está disponível na íntegra no saite da Adufrgs.

O resgate do poder regulador do Estado, principalmente quando se trata do setor privado, a ampliação da autonomia e o reforço de uma gestão mais democrática das instituições e a adoção de uma política que facilite o acesso das camadas populares à educação superior foram considerados pontos positivos do anteprojeto. De acordo com o documento, a comissão encontrou "poucos pontos falhos ou problemáticos que necessitam ser revistos".

Um dos principais problemas está relacionado ao financiamento. Segundo a análise da comissão, "os recursos previstos na subvinculação para as instituições federais de ensino superior (Ifes), de 75% dos 18% da arrecadação líquida de impostos destinada à educação, seriam insuficientes para a União garantir às Ifes a manutenção da qualidade atual, pois, mesmo sem descontar dessa base de cálculo os recursos destinados ao ensino básico, já corresponderiam a valores menores do que os atualmente previstos nos orçamentos das Ifes".

O anteprojeto propõe também que o pagamento de inativos e pensionistas das Ifes seja feito com recursos de outra fonte do Tesouro, o que na prática, segundo avaliação da comissão, apenas elevaria o montante de recursos para os níveis atuais, previstos no orçamento das Ifes. As Desvinculações de Receitas da União (DRU), que reduzem em 20% o montante sobre o qual é aplicada a vinculação constitucional de 18% para a educação, não são citadas no anteprojeto, o que contradiz documento de princípios, lançado pelo MEC em 2004, que propunha que as DRU não afetassem os recursos para a educação.

Questões problemáticas

De acordo com o documento, a nova classificação proposta no anteprojeto em discussão vai contra a LDB por um lado e contra a Constituição Federal por outro. "Há áreas em que certas especialidades só podem ser exercidas por quem detiver formação específica. Essa formação específica hoje é realizada via cursos de especialização, com status de pós-graduação conforme a LDB." Como o anteprojeto determina que sejam gratuitos apenas os cursos de graduação e pós-graduação, a extensão não seria englobada pela gratuidade estabelecida

na Constituição para o ensino ministrado pelas instituições de ensino públicas.

Plano de carreira docente

A comissão encontrou problemas quando o texto do anteprojeto prevê a possibilidade de planos de carreira por universidade, com remuneração por serviços extraordinários, "apontando não só para uma diferenciação de ganhos entre universidades, como inclusive para carreiras diversas, ao declarar como prerrogativa das universidades a criação, transformação e extinção de cargos e funções no limite de sua capacidade orçamentária".

Ampliação de vagas e assistência estudantil

O aumento automático de vagas sem que seja verificada "a capacidade de infraestrutura e de pessoal, pode criar problemas sérios para a qualidade do ensino e condições de trabalho do corpo docente e técnico-administrativo", adverte o documento da Adufrgs. Para atender uma maior demanda, parte dela resultado dos programas de cotas, é preciso incrementar a verba destinada à assistência estudantil, pois de nada adianta facilitar o acesso das camadas mais pobres à universidade e não garantir-lhes a permanência.

De acordo com a análise, "fora o concurso anual da Caixa Econômica Federal, ou loteria, não há outra referência a fontes de custeio para as casas de estudantes, restaurantes universitários, seguros para universitários e outros aspectos correlatos". O documento também alerta que "as necessidades de assistência ao estudante não podem recair sobre o orçamento da educação..., uma vez que elas são decorrentes de situações determinadas pelas mais diversas políticas sociais".

O documento conclui que a Reforma Universitária diz respeito a toda a sociedade e que, por isso, deve ser amplamente divulgada e discutida. A comissão frisa que "a Adufrgs, como entidade sindical, reitera que é imperioso que o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação, no exercício de suas atribuições, promovam e avaliem as condições de serviço/trabalho, qualificação e remuneração dos docentes e técnicos, em qualquer nível em que se desenvolva a educação neste País".

Envolvimento

Existe desde o início dos "Perdidos" um envolvimento muito grande de alunos da graduação, da extensão e mes-trandos em estágio docência. O público que acolhe o oferecimento de atividades abertas à comunidade é bastante heterogêneo. Percebemos, ao longo do tempo, que se criou uma expectativa muito grande sobre o que iríamos propor. Fomos procurados por gente de muitas áreas.

Temos uma dinâmica baseada nas conversas e nas trocas, no levantamento de temas de interesse dos participantes, o que de certa forma resguarda o frescor da investigação e dos aprofundamentos decorrentes. Por exemplo, o semestre que antecedeu nossa participação no 5º Fórum Social Mundial foi pautado por reuniões de trabalho nas quais íamos definindo juntos a programação e a tônica de nossa participação. O tema "Efeitos de Borda" veio na decorrência das discussões sobre os limites entre espaço público e privado. Levantamos o quanto nossa vida contemporânea estava marcada por esta contaminação entre zonas, ao ponto destas noções tornarem-se insuficientes para definir o que ocorria na cena contemporânea. Tomamos emprestado, por sugestão de Cláudia Zanatta, que além de artista é bióloga de formação, a noção de ecótono. Esta aproximação nos permitiu então trazer ao tema uma grande diversidade de ocupações do espaço da cidade e de representações dela decorrentes.

Cláudia Zanatta e Andrei Tomaz ficaram com a tarefa de organizar a Mostra de Vídeos que foi apresentada no Memorial do Rio Grande do Sul durante o 5º Fórum Social Mundial, e que reuniu uma produção importante de olhares sobre a cidade. Apresentamos desde o vídeo Ação Orgânica de Cláudia Zanatta, no qual ela mostra o cotidiano dos lixeiros que percorrem Porto Alegre, até a Carta de Porto Alegre, vídeo realizado pelos próprios moradores de rua, na qual eles mostram sua cidade para os moradores de rua de São Paulo. Tínhamos produções de artistas, extremamente poéticas e bem elaboradas ao lado de outras de forte cunho político. O pretexto teórico "Efeitos de Borda" abriu um espaço para veicular a diversidade de olhares sobre o espaço. Abrimos espaço igualmente para a realização de intervenções na cidade de Porto Alegre que ocorreram durante o 5º Fórum. Acolhemos e divulgamos um expressivo número de artistas que realizaram suas ações e este material encontra-se hoje armazenado no site www.ufrgs.br/artes/escultura.

Conseguimos, nos semestres que o antecederam, mobilizar artistas e pesquisadores para publicarmos o segundo número do nosso jornal, lançado durante o Fórum. Reunimos, com ares de festa, grupos de artistas de outros estados do Brasil no "Espaço Cultura e Diversidade" do Cais do Porto. Esta publicação contribui para consolidar nossa pesquisa e tornar possível a criação de uma plataforma crítica, na qual poderemos, num futuro próximo, articular as distintas ações que estão ocorrendo em outras cidades. Pudemos constatar o quanto os grupos (Sarai¹, Poro, Gia, EIA, Interferências Urbanas, P.o.i.s., entre outros), trabalham como nós a inserção da arte no campo do social. O quanto estes grupos mobilizam forças de resistência aos apelos da globalização anestesiante e sem crítica, propondo ver outro mundo através da arte. Recebemos a colaboração de textos críticos de pesquisadores com trajetória reconhecida no Brasil e de pessoas que estão trabalhando em temas próximos, como é o caso do grupo Sarai da Índia, entrevistado por Daniele Marx, que está vivendo na Espanha atualmente. Também estabelecemos um contato com Georg Schöllhammer, jornalista e crítico responsável pelas publicações da próxima "Documenta de Kassel", com Eva-Gonzales Sancho, diretora do "Frac-Bourgogne" na França, com a artista Lara Almárcegui, artista espanhola que vive na Holanda. Estreitamos relações com professores artistas-pesquisadores do Brasil, atuantes em suas respectivas unidades, da Arquitetura e do Urbanismo da Ufrgs e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ritter dos Reis. Temos a consciência que estamos aos poucos criando um ambiente de trabalho muito prazeroso e frutífero.

Dilúvio

As caminhadas ao longo do Dilúvio são ações que alimentam o projeto "Fração Localizada", uma das frentes que abri no interior da minha pesquisa. Aproveitei o momento do Fórum para dar continuidade a esta ação coletiva, iniciada em julho de 2004. A proposta é percorrer, pouco a pouco e em grupo, os 17 quilômetros do arroio Dilúvio em Porto Alegre, para depois discutir o papel do entorno e a degradação do local. Em julho tivemos um encontro com Valéria Debom, bióloga do DEP (Departamento de Esgotos Pluviais), que nos contou um pouco sobre o antigo traçado do Dilúvio e sua morfologia atual. Como artistas e curiosos, nos demos uma tarde para pensar na gestão dos resíduos, nos sucessivos planos urbanísticos, nas alterações que sofre a paisagem de uma cidade. Escolhemos caminhar sobre uma corda bamba, já que vivenciamos a realidade de modo a implicar-nos com os seus espaços e deles extrair o substrato para produzir um trabalho artístico, um texto crítico, um relato.

A tarde em que ocorreu a caminhada mostrou-se insuportavelmente quente, fazendo com que todos os perfumes das margens e os eflúvios decorrentes das águas degradadas se misturassem. Éramos poucos, mas atentos, e estou certa que guardaremos em nossas memórias a marca inesquecível deste contato. Saímos da beira do Guaíba e adentramos pelas suas margens, até o Planetário. O arroio Dilúvio, visto da janela de um carro em movimento num vídeo por mim realizado e mostrado no

Temos ainda muito o que olhar e o que fazer.

Com a ajuda de bolsistas pretendendo reunir este material e compartilhá-lo na medida em que o projeto for avançando. Quero poder implicar os moradores das margens, para levantarmos os diferentes enfoques e produzirmos ações conjuntas. Como expliquei melhor no texto relativo a este projeto publicado no Jornal durante o Fórum: "Como então pensar a relação da arte com um espaço que não é mais o espaço circunscrito de museus, eventos ou exposições, que lhe é tradicionalmente atribuído para sua ação e seu saber? Como pensar a arte em relação ao espaço onde vivemos, seja ele casa, cidade ou rua?"

Projetos similares

Temos estado em contato com outros grupos e artistas, cito a título de exemplo o Grupo Poro, em Minas Gerais, que realiza intervenções urbanas. Sei da existência de coletivos em São Paulo, no Rio de Janeiro e Brasília. Porém, cada grupo apresenta sua particularidade e o que nos reúne é a vontade de interagir com o real, a vontade de viver uma nova poética do espaço e de exercer uma atitude mais crítica face ao poder. O que nos distingue é o fato da nossa iniciativa partir de dentro de uma universidade, como uma atividade de extensão e pesquisa regular.

O projeto tem sido remarcado, primeiramente no Brasil quando fomos convidados a participar de encontros em Santa Maria, na UFMG, no Enearte, na UnB e



Rio de Janeiro, se revelou diferente. Havia uma disponibilidade de olhá-lo novamente. O lixo acumulado, as ilhas formadas pelos resíduos, "simpatias sólidas" formadas pela terra que escorre barranco abaixo quando chove, mostrou-nos muitas vistas e detalhes. A cidade que percorríamos não era a idealizada pelos urbanistas que canalizaram o curso destas águas para o lago Guaíba. O que víamos se contrapunha aos outros registros que tínhamos deste espaço, às notícias veiculadas na imprensa, aos registros fotográficos de época, às lembranças de antigos moradores. Do contato surgiam muitas questões: ali se navegou; a beleza de algumas pontes e seu impacto sobre a paisagem urbana; como seria se as águas fossem limpas? Esta parte da cidade passa a ser constituída por uma espessura de experiências, alteridades distantes da vista totalizante de um cartão postal.

Em determinado momento, nos sentamos às margens do Dilúvio para conversar sobre o lixo, cruzando a nossa proposta com uma ação em que o espaço constituído por um tapete é proposto como lugar de conversa. ("Sobre/sob o tapete" de Cláudia Zanatta). Muitas anotações e percepções foram transpostas nos relatos dos participantes que estamos agora reunindo. Constituímos um material inicial de trabalho sobre o qual poderemos voltar e elaborar novas incursões e questões.

O Projeto "Fração Localizada: Dilúvio" continuará em julho próximo numa outra oficina que estamos organizando, na qual percorreremos o trecho entre o Planetário e a rua Barão do Amazonas. Outras pessoas irão entrar no projeto, aberto aos alunos da graduação em Artes Visuais, da extensão, e demais interessados.

recentemente no seminário que antecedeu o FSM promovido pela rede Inura. Recentemente o projeto foi citado pelo crítico Stephane Huchet, em um artigo sobre Arte Brasileira Contemporânea, publicado na revista francesa *Art Press*. Considero que a circulação desta informação no meio artístico internacional irá ser benéfica para o projeto, pois ajudará a difundir as idéias que nos animam e cujas interlocuções alimentarão o enorme material que já estamos produzindo e que temos divulgado no espaço do site e nas publicações decorrentes das ações de extensão. No seminário realizado no Memorial do Rio Grande do Sul, surgiu a idéia de criação de uma plataforma reunindo informações sobre os temas de interesse levantados durante o Fórum: espaço público/espaço político, subjetividade, as atitudes artísticas no espaço social. Vamos trabalhar nisso a partir de agora.

O momento do Fórum é, de todas as maneiras, importantíssimo para ventilar um novo ar e esperanças sobre a cidade. Existe uma enorme energia coletiva que circula e que favorece a abertura, inclusive acadêmica. Permitimo-nos pensar diferente e encontramos as condições para tal. Existe para os envolvidos no "Perdidos" esta idéia de um encontro marcado, no período de cada Fórum. Criamos e alimentamos esta expectativa com muito trabalho, sabendo que a oportunidade tende a ficar mais rara com a saída do Fórum de Porto Alegre. Mas quem sabe estas dificuldades não determinarão o novo perfil para nossa atuação? Afinal, um outro mundo é possível.

1. Sarai - Projeto dedicado às novas mídias e ao espaço urbano, baseado em Delhi, Índia (www.sarai.net).

ÁGUA

Sergio Ferrari
Revista Outras Palavras

Genebra - Mais de 1.200 representantes de 150 organizações e movimentos dos cinco continentes participaram do 2º Fórum Social Mundial Alternativo da Água (na sigla em francês, Fame), ocorrido entre os dias 17 e 20 de março último.

O exigido por todos foi que a água seja considerada bem comum para a humanidade, excluída, portanto, da esfera comercial e das regras de mercado.

Como presidentes de honra do encontro, o ex-presidente português, Mario Soares e Danielle Mitterrand. Entre os convidados especiais, Jean Ziegler, sociólogo e escritor suíço representante das Nações Unidas para o Direito à Alimentação.

Em sua declaração final, divulgada no dia 20 de março, o Fame destacou os quatro pilares sobre os quais se organizaram os eixos temáticos dos debates: o acesso à água como direito humano inalienável; o líquido vital como bem comum; o financiamento coletivo para o acesso à água e a gestão democrática da água em todos os seus níveis.

A declaração é enfática ao sustentar que a água não pode ser negociada em acordos comerciais – multi ou bilaterais – junto a instituições financeiras internacionais.

O Fame 2005 exige, em nível mundial, *status* para a água que permita: cuidar globalmente do ciclo da água; o impedimento de sua apropriação; a garantia de uma responsabilidade coletiva sobre o líquido vital; e, finalmente, que seja assegurada "sua gestão e controle por uma autoridade pública fundada sobre um poder político legítimo".

Fórum propositivo

"O fórum que acabamos de encerrar mostrou uma enorme riqueza nas diferenças, bem como um alto grau de debate democrático", enfatizou Alberto Velasco, presidente do comitê organizador do evento.

"Não tivemos nenhum medo de que aparecessem em público as diferenças. Entretanto, deve-se ressaltar os importantes consensos expressos na declaração final, assim como nos demais documentos coletivos complementares", assinalou.

Velasco sublinhou que o Fame 2005 "implicou num intercâmbio dos modos de atuar dos fóruns" sobre uma base de documentos previamente elaborados, e aprofundados nos grupos de trabalho. "Essa novidade metodológica de elaborar proposições concretas nos levou a concluir que, em Genebra, deveríamos realizar uma importante aprendizagem", pontuou Velasco, reconhecendo que as delegações asiáticas, africanas e latino-americanas retornaram muito satisfeitas e fortalecidas".

Juntamente com a Declaração Final foram divulgadas as "Conclusões da Assembléia de Associações", que reuniram, nos trabalhos do dia 20 de março, representantes de cerca de 100 ONGs e movimentos sociais atuantes na causa da água.



"Não tivemos nenhum medo de que aparecessem em público as diferenças. Entretanto, deve-se ressaltar os importantes consensos expressos na Declaração Final, assim como nos demais documentos coletivos complementares"

Alberto Velasco

Movimentos sociais

O mencionado documento insiste em impulsionar uma campanha contra as iniciativas do "Acordo Geral de Comércio em Serviços" (GATS) debatidas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Iniciativa internacional que terá como eixos de mobilização a privatização da água e a defesa do serviço público de distribuição.

Também no alvo, as "empresas multinacionais que atuam no setor de recursos hídricos, incluindo as que comercializam a água engarrafada". Além disso, a iniciativa promove ações cidadãs pelo acesso à água e sua consideração como bem público mundial (seguindo o exemplo da iniciativa popular ocorrida em outubro passado, no Uruguai, ou da nova proposta de lei da Região Toscana, na Itália).

Representantes de grupos das sociedades de 21 países, entre eles 11 latino-americanos – Peru, Bolívia, Equador, Brasil, Uruguai, Paraguai, México, Colômbia, Venezuela, Costa Rica e Chile – colaboraram com três pontos-chaves na Declaração.

Fórum Alternativo Mundial da Água propõe ações globais para fazer da água um bem comum e um direito humano, principalmente impedir que seja negociada em acordos como o GATS

A primeira, uma condenação às parcerias "público-privadas" (governos-empresas multinacionais) promovidas pelo Banco Mundial em muitos projetos de água pela América do Sul.

A segunda, uma condenação à transnacional francesa "Suez Lyonnaise de Águas" (empresa de forte presença na América Latina), bem como à espanhola "Abengoa" e à alemã "GTZ", "que destróem os processos de consulta popular de nosso povo".

O terceiro ponto é a ratificação do preceito segundo o qual a única forma de vencer a mercantilização da água seria entregar o poder nas mãos dos cidadãos organizados a partir dos movimentos sociais "que, por suas lutas e proposições, confrontam os fundamentos desse modelo".

Por uma assembléia mundial da água

Deputados e representantes municipais e regionais de 13 países – com Brasil e Venezuela representando a América Latina – realizaram também, durante o Fame 2005, em Genebra, seu primeiro encontro mundial.

No documento final, à denuncia da "dívida dos países do Sul" e das políticas financeiras do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial", segue a enumeração de 19 pontos a partir dos quais se aplicariam a declaração de Roma, da "água, direito humano universal".

Entre outras iniciativas, é proposta a instalação de um Fundo Cooperativo Mundial para garantir o financiamento público de serviços e investimentos, assegurar a todos o acesso à água. Imaginada também, além disso, "a constituição de uma autoridade mundial da água, independente das instituições financeiras, encarregada da prevenção e da resolução dos conflitos em torno do recurso natural".

Nesse sentido, apostam também na constituição de uma Assembléia Mundial da Água, estrutura que deveria reunir representantes de movimentos cidadãos, autoridades eleitas, sindicatos, organizações de mulheres e outros grupos comprometidos com a defesa da água como bem comum.

Os deputados e autoridades propuseram também a "orientação das políticas de cooperação dos países do Norte pela associação entre empresas e governos que promovam e sustentem os serviços públicos dos países do Sul", opondo-se, assim, ao critério público-privado incentivado por muitos governos do Norte e pelo Banco Mundial.

Como consequência direta do encontro de Genebra propõe-se um outro encontro no início de 2006, possivelmente na Bélgica, para que representantes do Parlamento Europeu, do Pan-Africano, do Parlatino (América Latina) e de entidades asiáticas semelhantes analisem conjuntamente a possibilidade de criarem um Parlamento Mundial da Água.

Para garantir a continuidade do trabalho do Fórum, "será constituída uma secretaria permanente, com sede em Genebra, financiada por organizações-membros e contando, eventualmente, com o apoio de fundos públicos", explicou Alberto Velasco.

André Moreira Cunha* e Andrés Ferrari**

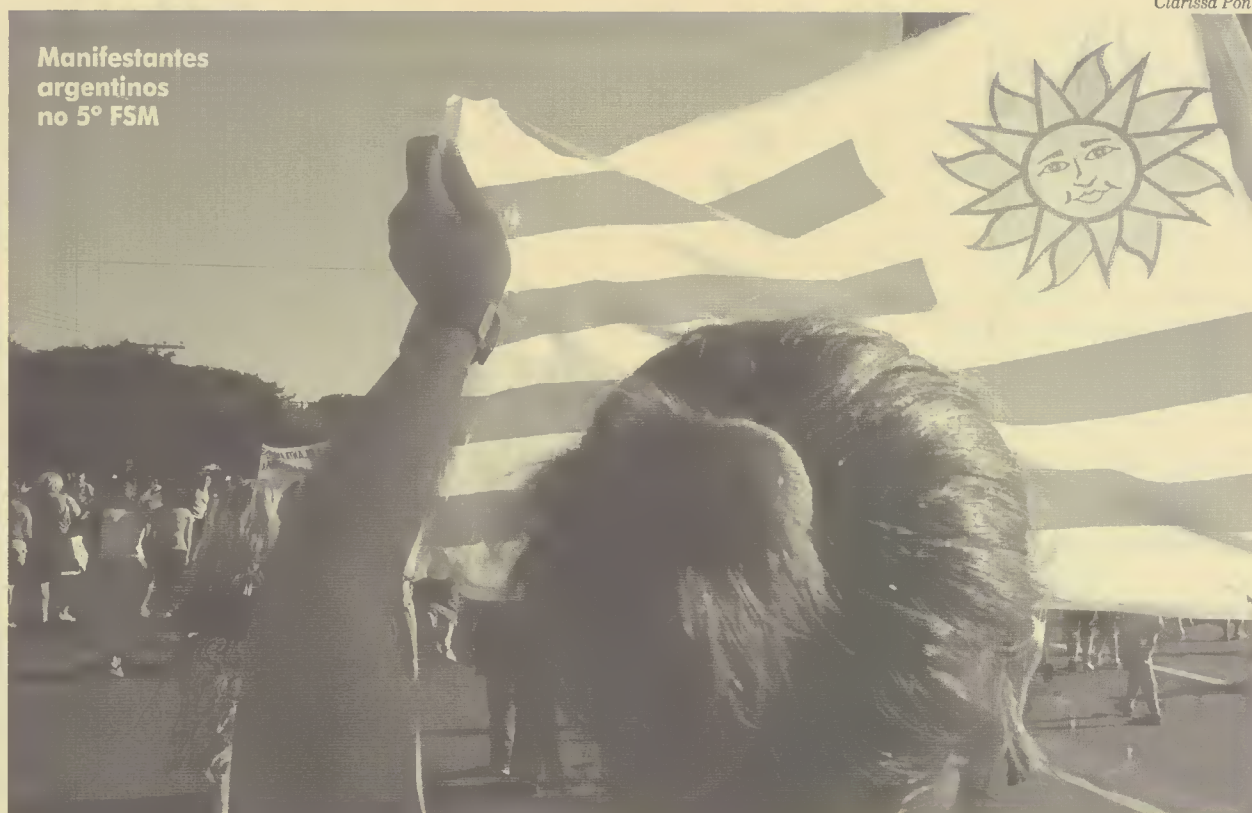
Nos últimos dois anos a Argentina vem chamando a atenção dos observadores internacionais por dois motivos básicos: de um lado, a disputa com seus credores externos; de outro, o vigoroso crescimento econômico, com taxas superiores a 8% ao ano.

É interessante notar como em menos de uma década o país passou de *show-case* dos defensores das reformas liberalizantes na América Latina a condição de pária dos mercados financeiros internacionais. Depois de adotar, em 1991, um regime de câmbio fixo (a "convertibilidade"), onde o valor do peso com respeito ao dólar norte-americano foi estabelecido por meio de uma emenda constitucional, o país experimentou, entre 2001 e 2002, uma séria crise financeira, que aprofundou o quadro de degradação econômica e social que vigorava desde 1999. A euforia dos anos de *plata dulce* deixou por herança uma elevada dívida externa, cuja reestruturação em 2005 parece ser um dos maiores casos de deságio registrados na história recente das finanças internacionais. Ainda que o governo argentino comemore a recente recuperação da economia e a "vitória" na longa queda de braço com seus credores, o fato é que a digestão dos passivos externo (e fiscal) e social ainda demandará um enorme esforço tanto para o setor público quanto para a sociedade.

Um balanço das consequências econômicas e sociais do período de reformas liberalizantes e engessamento do câmbio deve partir da constatação de que a Argentina passou, em pouco mais de uma década, de um país caracterizado por uma alta homogeneidade, para uma situação de desigualdade profunda. Em 2002, o índice de Gini (que mede o grau de concentração de renda) para a Argentina era de 0,509, um nível 18% superior aos 0,501 de 1990. O país passou a ter o segundo pior perfil distributivo do continente, atrás somente do Brasil. A taxa de desemprego urbana mais do que triplicou entre os anos 1980 e 1990. A informalidade tornou-se uma regra. A pobreza, que era um fenômeno marginal na sociedade argentina, atinge hoje quase metade da população. Portanto, não deixa de ser paradoxal o fato de que a "convertibilidade", que esteve na base da deterioração econômica e social do país, jamais tenha perdido apoio político. Estabeleceu-se uma solidariedade em torno da defesa do câmbio fixo, na medida em que crescia a dolarização dos passivos e ativos dos agentes econômicos. Isso criou uma certa inércia social, cujos sintomas mais aparentes podem ser buscados, por exemplo, no fato de que parte expressiva da sociedade e da intelectualidade do país não eram capazes de associar a crise econômica e social ao modelo econômico subjacente à "convertibilidade". Tanto é verdade que o projeto liberal de Menem foi reeleito e, quando de sua sucessão, em 1999, nenhum dos principais candidatos se opuseram ao peso forte. O modelo argentino de euforia consumista, alimentada por endividamento externo, teve seu fim com a desvalorização do peso, no final de 2001. Restou uma grave crise social e econômica.

A "The Economist" descreveu o processo recente de reestruturação da dívida argentina como sendo "épico" em sua escala. Afinal, ele envolveu uma variedade de 152 títulos de dívida, que estavam denominados em seis moedas distintas e atrelados às jurisdições de oito países. Na ponta credora, cerca de 500 mil investidores, dos quais pouco mais de 75% aceitaram a troca e, com isso, um dos maiores deságios da história. Em fevereiro de 2005, a dívida elegível à reestruturação, incluindo os juros atrasados, era 104 bilhões de dólares. Após o *swap* ficou em 36 bilhões de dólares. Os três novos títulos emitidos apresentaram um valor de face equivalente a 35% dos montantes originais. Mais importante ainda são os seus prazos de vencimento, que chegam a 42 anos. A profundidade do deságio só pode

A Reestruturação da Dívida Argentina



ser atenuada quando se leva em conta o fato de que, no auge da crise de 2002, o valor de mercado dos papéis da dívida argentina era ainda menor, cerca de 20% do valor de face. Assim, é possível estimar que quem comprou tais papéis no final de 2002, com mais de um ano de *default* em curso, recebendo com a reestruturação um novo título com 35% do valor de face original, pôde auferir um ganho anualizado de 25%. Isto revela pelo menos duas coisas: os investidores nos mercados secundários trabalhavam com um valor para a "dívida velha" que, ao longo da maior parte de 2002, era inferior à proposta do governo Kirchner; e, assim, diante de tal avaliação os ganhos de mercado não foram desprezíveis, por mais que os credores finais tenham experimentado uma perda de capital com respeito às suas expectativas originais.

A pressão dos credores por uma proposta mais alentadora deve ser racionalizada a partir de uma questão básica: a Argentina poderia pagar mais? Como se procurou evidenciar no item anterior, o quadro social e econômico herdado do período de convertibilidade e agravado com a crise financeira de 2002, gerou um conjunto de passivos de difícil equacionamento. Um deles, sem dúvida, é a dívida do setor público. Essa, mesmo com a reestruturação e o forte crescimento do PIB em 2003 e 2004, segue elevada, algo em torno de 75% do PIB. Antes da reestruturação a dívida estimada era de 189 bilhões de dólares. Depois passou a 121 bilhões de dólares. A dívida nova, objeto da reestruturação, representa somente 30% desse montante, ou seja, cerca de 36 bilhões de dólares, cujo valor original, incluindo principal e juros atrasados, era de 104 bilhões de dólares às vésperas do *mega-swap*. O restante se refere aos empréstimos obtidos junto ao FMI e outros órgãos multilaterais (30 bilhões de dólares), ao estoque de títulos Boden (19 bilhões de dólares), que foram os bônus emitidos para compensar o setor financeiro pelas perdas associadas ao fim da convertibilidade ("a pesificação"), e a outros financiamentos e garantias, inclusive as vinculadas aos empréstimos realizados pelas províncias. A manutenção de uma elevada relação dívida/PIB projetada para o futuro uma considerável carga para o pagamento dos servi-

ços da dívida. Alguns observadores ponderam que o esforço fiscal corrente, que aponta para um *superávit* primário de mais de 4% do PIB (o que exclui o pagamento de juros), já é mais do que razoável, em função do passivo social e da desestruturação econômica. Ademais, a recuperação em curso se dá em um contexto excepcionalmente favorável de crescimento da demanda mundial e de recuperação de preços de *commodities* que são importantes para a pauta exportadora do país – entre 1999 e 2003, os setores primários e a indústria processadora de produtos agrícolas responderam, em média, por 53% das exportações, contra 30% do setor manufatureiro restante e 17% de combustíveis e energia. Nada garante que o ritmo de crescimento superior a 8% vá se manter, o que implicaria menor capacidade de acumular reservas oficiais e gerar receitas tributárias adicionais.

Portanto, o sucesso na reestruturação de parte da dívida externa deve ser encarado como um alívio na grave herança de crise e estagnação dos anos da convertibilidade e das reformas liberalizantes. Todavia, mesmo com o recente crescimento, que é alimentado pela recuperação do setor exportador, em um contexto internacional excepcionalmente favorável, o país ainda terá muito que fazer para equacionar o seu principal passivo, que é social. No meio do caminho poderá surgir novamente a tentação que sempre rondou a Argentina e outros países latino-americanos, qual seja, a de se abandonar uma estratégia coerente de fortalecimento da base produtiva e social, em nome dos benefícios imediatos proporcionados pelas ondas de abundância de liquidez externa. A fartura de dólares, especialmente se obtidos pela via das finanças privadas especulativas, sempre foi uma má conselheira. É neste ponto que cabe um alerta às autoridades brasileiras, que mesmo com as lições da nossa própria experiência recente e da dos nossos vizinhos, segue insistindo na estratégia de tudo ceder quando do outro lado do balcão estão os rentistas.

*Professor do Departamento de Economia da Ufrgs

**Economista e Doutorando do PPGE/Ufrgs

Claudio Scherer - professor titular do Instituto de Física da Ufrgs e 1º vice-presidente da Adufrgs

Ano Mundial da Física

Por proposta das sociedades de Física de mais de 40 países, a IUPAP (International Union of Pure and Applied Physics) encaminhou à Unesco a solicitação de que o ano de 2005 fosse declarado "Ano Mundial da Física". A Unesco aprovou a solicitação e levou sua resolução à Assembléia Geral da ONU, que, no dia 10 de junho de 2004, aprovou por aclamação a seguinte resolução:

O lançamento oficial das atividades comemorativas do "Ano Internacional da Física" ocorreu com uma grande conferência internacional, denominada "Física para o Amanhã", na sede da Unesco, em Paris, de 13 a 15 de janeiro de 2005. Esta conferência contou com a presença da totalidade dos detentores vivos de prêmio Nobel de Física. No Brasil, o lançamento das atividades comemorativas ocorreu no Simpósio Nacional de Ensino de Física, realizado no Rio de Janeiro, de 24 a 28 de janeiro, e a Sociedade Brasileira de Física programou várias atividades que deverão ocorrer ao longo do ano. O Instituto de Física da Ufrgs também tem sua programação (www.if.ufrgs.br/spin/amf/index.htm).

As contribuições científicas de Albert Einstein durante o ano de 1905

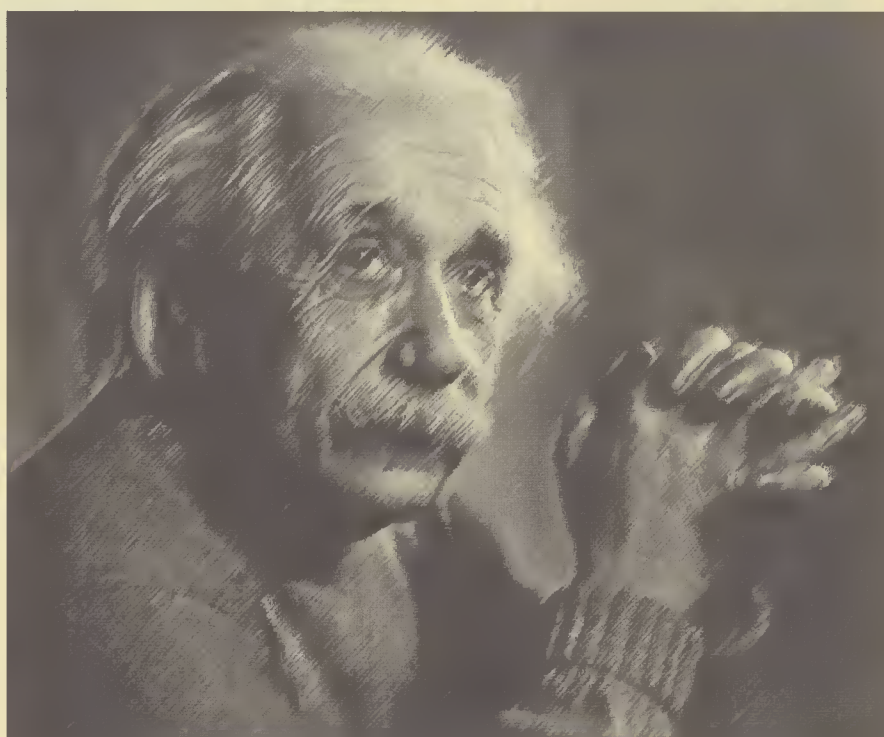
Durante o ano de 1905, o jovem cientista Albert Einstein, então com 26 anos, graduado em Física pela ETH de Zurich em 1900, estava empregado numa firma de registros de patentes em Berna. Sua mente brilhante procurava, incansavelmente, encontrar soluções para algumas inconsistências no âmbito da Física Teórica e aparentes contradições entre resultados experimentais obtidos recentemente e as teorias consagradas da Física. Eis a cronologia de suas descobertas:

Março de 1905: explicação do efeito foto-elétrico

Einstein envia para a mais conceituada revista alemã da Física, "Annalen der Physik", um artigo enunciando um novo entendimento da estrutura da luz. Os resultados experimentais, recentemente reportados, sobre o efeito foto-elétrico não podiam ser entendidos com base na amplamente aceita teoria de que a luz é uma onda eletromagnética. O fato experimental mais marcante é que a luz só consegue arrancar elétrons de certos átomos, e assim provocar uma corrente elétrica, quando sua frequência é superior a um certo valor, por maior que seja sua intensidade. Einstein propõe que a luz se propaga em forma de "pacotes de energia", que chamou de "quanta de energia" (hoje chamamos de fótons), sendo a energia de cada quantum $E=hf$, onde h é uma constante universal (constante de Planck) e f a frequência. Alguns anos antes Max Planck havia proposto uma teoria para a radiação de luz, segundo a qual os átomos emitem quantidades discretas (quanta) de energia luminosa, mas Einstein foi muito além, dizendo que os quanta de luz têm propriedades de partículas, com quantidade de movimento (momentum) $p=hf/c$, e por isso consegue arrancar elétrons dos átomos. Esta foi a primeira vez que surgiu a idéia de "dualidade onda-partícula", que deu origem à moderna Mecânica Quântica.

Maio de 1905: previsão e explicação do movimento Browniano

Outro artigo fundamental, desta vez sobre a existência de moléculas, foi enviado à "Annalen der Physik". A bem conhecida "teoria cinética" explicava o calor como sendo uma manifestação do movimento incessante dos átomos e moléculas. Einstein propôs uma maneira de testar esta teoria por uma nova e crucial experiência: Se partículas muito pequenas (microscópicas) são postas em suspensão em um líquido, as moléculas do mesmo devem chocar-se constantemente com a partícula, causando-lhe um movimento irregular, uma agitada dança aleatória, que poderia ser vista ao microscópio. Baseado nos princípios da "Mecânica Estatística", recém criada pelos gênios de Maxwell, Boltzmann e Gibbs, Einstein foi além e conseguiu calcular os deslocamentos médios por



unidade de tempo que tais partículas deveriam apresentar. Embora Einstein não soubesse, esse movimento havia sido observado em 1827 pelo botânico Robert Brown, daí o nome "Movimento Browniano". Experimentos posteriores confirmaram as previsões de Einstein e sua teoria acabou se constituindo na "pedra fundamental" para a extensão da Mecânica Estatística a sistemas fora do equilíbrio termodinâmico.

Junho de 1905: a teoria da relatividade especial

Einstein envia a "Annalen der Physik" um trabalho sobre "eletromagnetismo e movimento". Desde a época de Galileu os físicos sabiam que experimentos feitos em dois laboratórios, movendo-se um em relação ao outro com velocidade constante, devem apresentar exatamente os mesmos resultados, ou seja, nenhum experimento feito dentro de um trem fechado, que se move em linha reta com velocidade constante (supostamente sem trepidação) pode dar informação sobre sua velocidade. Isto se chama "Princípio da Relatividade". Mas de acordo com a teoria eletromagnética, desenvolvida por Maxwell e refinada por Lorentz, a luz não deveria obe-

- A Assembléia Geral das Nações Unidas,
- Reconhecendo que a Física fornece uma base significativa para o desenvolvimento do entendimento da Natureza,
 - Observando que a Física e suas aplicações são a base de muitos dos avanços da tecnologia de hoje,
 - Convencida de que a educação em Física proporciona a homens e mulheres as ferramentas para construir a infraestrutura científica essencial para o desenvolvimento,
 - Sabedora de que o ano de 2005 é o centenário de descobertas científicas fundamentais por Albert Einstein, que são a base da Física Moderna,
 - Saúda a proclamação de 2005 como o "Ano Internacional da Física" pela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO);
 - Convida a UNESCO a organizar atividades para celebrar 2005 como o Ano Internacional da Física, colaborando com sociedades e grupos de Física em todo mundo, inclusive nos países em desenvolvimento;
 - Declara o ano 2005 o Ano Internacional da Física.

decer a este princípio. Esta teoria previa que medidas da velocidade da luz deveriam dar resultados que dependeriam da velocidade do observador. Entretanto as engenhosas e delicadas experiências de Michelson e Morley contradiziam esta previsão. Einstein estava convencido de que o princípio da relatividade deveria valer para todos os fenômenos da natureza, tanto mecânicos como eletromagnéticos. Ele propôs uma solução para este aparente paradoxo, baseado em duas hipóteses:

- 1) O princípio da relatividade é válido para todos os fenômenos da natureza;
- 2) A velocidade da luz no vácuo é a mesma em relação a todos os referenciais que se movem uns em relação aos outros com velocidades constantes.

Esta segunda hipótese era difícil de aceitar, uma vez que se sabia que a velocidade de qualquer corpo depende do referencial em relação ao qual ela é medida. Entretanto, como consequência destas duas hipóteses, Einstein deduziu novas leis de transformação dos valores das variáveis físicas entre diferentes referenciais, o que forçou também uma re-interpretação dos conceitos de espaço e tempo. Estabeleceu-se com isso uma perfeita harmonia entre a Mecânica e o Eletromagnetismo, e várias consequências surpreendentes da nova teoria, que mais tarde passou a chamar-se "Teoria da Relatividade Especial", foram confirmadas com o passar dos anos.

Setembro de 1905: a equivalência entre massa e energia

Como consequência da "Teoria da Relatividade Especial", Einstein reportou uma nova relação entre as grandezas massa (m), energia (E) e quantidade de movimento (p), diferente da relação clássica da física Newtoniana. Em sua forma mais simples, no limite de corpos em repouso ($p=0$), a referida relação se reduz à hoje bastante conhecida, mesmo entre os leigos em Física, $E=mc^2$, onde c^2 é a velocidade da luz ao quadrado. Em outras palavras, Einstein descobriu que a inércia de um corpo está relacionada com sua energia e que, portanto, quando um corpo emite radiação ele diminui a sua massa. Esta relação tornou-se, mais tarde, a base da energia nuclear, tanto para fins pacíficos como bélicos. Einstein não tem culpa do mau uso de sua teoria.

HOMENAGEM

Lembrando Cesar Lattes

“Sempre achei que só se pode melhorar a qualidade de vida de uma nação formando cidadãos pensantes. Isso significa educação primária, essencialmente, que só pode ser feita com bons professores secundários. Para ter boa educação secundária, precisamos de bons professores universitários. E para isso necessitamos de pesquisa. A sensação que tínhamos era que o Brasil poderia dar um bom pulo se houvesse gente bem treinada e capacitada.”

Cesar Lattes, 1995

Cesar Lattes nasceu em Curitiba, Paraná, no dia 11 de julho de 1924, filho de imigrantes, Giuseppe Lattes, natural de Turim, e Carolina Maroni, de Alessandria, no Piemonte italiano. Foi casado com Martha Siqueira Neto, pernambucana, matemática, companheira de mais de cinquenta anos, falecida em 2003. O casal tinha em sua casa, em Campinas, apoio e afetividade de uma família grande, as de suas quatro filhas, nove netos.

Cada um de nós, pesquisadores, o homenageamos em nossos Currículos Lattes, criados no CNPq como que um símbolo do que representou para a física, para a ciência brasileira, sua dedicação ao trabalho de pesquisa e de ensino, continuamente, ao longo de sua longa vida, sua prática do pensamento crítico na acepção da palavra como pensamento original, capacidade de discernimento, de imaginação e de coragem de descobrir coisas novas.

Cesar Lattes formou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1943. Imediatamente se tornou assistente de Gleb Wataghin, conhecido de seu pai e grande incentivador de sua ida para a física. Trabalhou inicialmente em Física Teórica com Wataghin e também com Schenberg e Schutizer para logo se dedicar à Física Experimental. Realizou pesquisas sobre Raios Cósmicos, sugeridas por Gleb Wataghin – linha de pesquisa que Wataghin, Marcello Damy e Paulus Pompéia, depois Giuseppe Occhialini, iniciaram no Brasil com imediato sucesso internacional.

Em 1946, Lattes foi trabalhar com Occhialini no Laboratório de Cecil Powell na Universidade de Bristol, na Inglaterra. Utilizavam emulsões fotográficas, modificadas por sugestão da equipe de Powell e do próprio Lattes, para detecção de partículas nucleares, que deixam um traço na emulsão transparente, depois de revelada. Foram expostas chapas por Occhialini durante suas férias nos montes Pirineus, na França, a uma altitude de 2.800 metros. Em Bristol verificaram que apareciam traços de partículas antes desconhecidas. Lattes então decidiu ir para montanhas mais altas, numa estação meteorológica em Chacaltaya, nos Andes, a cerca de 5 mil metros, na Bolívia, onde o número de raios cósmicos é maior. Expostas as chapas lá, a descoberta foi amplamente confirmada. Eram os descobridores de uma importante nova partícula, o *meson pi*, ou *pion*. Anos depois, Powell receberia o prêmio Nobel pela descoberta.

Lattes, ainda em 1948, percebeu que o acelerador de partículas do Laboratório de Radiações de Berkeley, na Califórnia, Estados Unidos, nas experiências com reações nucleares que Eugene Gardner conduzia, tinha energia suficiente para produzir *mesons pi*. Poucas semanas depois de chegar a Berkeley, com bolsa da Fundação Rockefeller, Lattes detectou e identificou os *mesons* que estavam mesmo sendo produzidos.

Essas descobertas de Lattes, com Occhialini e Powell na Inglaterra, e com Gardner nos Estados Unidos, tiveram repercussão na imprensa internacional, e grande repercussão na imprensa brasileira. Ao voltar ao Brasil Lattes foi herói nacional.

Para a USP, e particularmente para a Faculdade de

Filosofia, foi evidência do sucesso do empreendimento de Wataghin, a demonstração internacional da viabilidade de uma Universidade de Pesquisa no Brasil.

O fim da guerra contra o eixo nazi-fascista marca uma era de ativação geral das consciências para o desenvolvimento das ciências e de aplicações. Não é por coincidência a existência de discussões nos Institutos, Universidades, e, em geral nos segmentos produtivos da sociedade paulista que levaram a Artigo, na Constituição Estadual de 1947, que dá os princípios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Fapesp.

A volta de Lattes foi fator importante para a implantação, em 1951, da primeira agência, ao nível da Presidência da República, para apoio às atividades de pesquisa: o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). No mesmo ano de 1951, pela iniciativa principalmente de Leite Lopes e de Lattes, com apoio de personalidades políticas do Rio de Janeiro, foi fundado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), sendo Lattes seu primeiro Diretor Científico. O CBPF foi um dos principais centros onde se consolidou a pesquisa em física no país, com pessoas vindas de todo o Brasil.

César Lattes se dedicou durante muitos anos ao CBPF, compondo a sua Diretoria Científica. No Rio de Janeiro foi ainda professor titular de duas cadeiras no Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – a de Física Atômica e a de Física Nuclear – e, após a criação da Universidade do Rio de Janeiro, participou da instalação do Instituto de Física na Ilha do Fundão, no final da década de 1960. Uma contribuição sua à UFRJ foi a montagem do Laboratório de Geocronologia, nas dependências do atual Departamento de Física dos Sólidos do Instituto de Física.

Depois de alguns anos em laboratórios nos Estados Unidos no fim da década dos anos 50, em 1960, a convite de Mário Schenberg, Walter Schutizer e José Goldemberg, Lattes voltou à USP, contratado para reger a cátedra de Física Superior. Implantou um Laboratório de Emulsões Nucleares para analisar grandes câmaras de chapas expostas em Chacaltaya e organizou um grupo de pesquisas com jovens colaboradores.

Iniciou, em 1962, a colaboração Brasil-Japão que dura até hoje, no Laboratório da Unicamp. Em 1967, depois de se preparar para concurso de efetivação na cátedra, não competiu com J. Tiomno. Lattes foi então convidado para a nova Universidade de Campinas, por Marcello Damy que organizava o Instituto de Física. Implantou o Departamento de Raios Cósmicos e o Laboratório de Emulsões Nucleares onde se realizaram muitos trabalhos em colaboração internacional, especialmente com os físicos japoneses, destacando-se Yoichi Fujimori e Shunichi Hasegawa, entre eles.

Lattes foi membro de várias academias e sociedades científicas brasileiras e internacionais. Entre suas muitas premiações estão o Prêmio Einstein, em 1950 e o Fonseca Costa, em 1958, concedidos pelo CNPq, o Bernardo Houssay, da Organização dos Estados America-



nos, em 1978, o Prêmio de Física, da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, em 1987. Recebeu também várias medalhas e títulos honorários.

Na Sociedade Brasileira de Física, Lattes participou das reuniões e da criação da Revista Brasileira de Física, em 1969-70. Entre os físicos mais velhos que, em geral, temiam que a produção científica brasileira não fosse ainda suficiente para sustentar uma revista, foi dos poucos que deram forte apoio. Hoje a *Brazilian Journal of Physics* é revista indexada internacionalmente.

Há vários documentos importantes que registram a presença bem humorada de Lattes, sua ironia inteligente, às vezes sentida como agressiva, sua dedicação ao trabalho e preocupação com a ciência no Brasil, seu espírito cooperativo, sua significativa carreira científica. Por exemplo: a referência em que se encontra a citação deste texto, entrevista a Micheline Nussenzveig, Cássio Leite Vieira, Fernando de Sousa Barros, Alfredo Marques e Neusa Amato, em *Ciência Hoje*, 1995, que está em "Cientistas do Brasil - Depoimentos, SBPC", Organização e Edição de Vera Maria de Carvalho e Vera Rita da Costa, São Paulo, 1998, pg. 633-650; o DVD, de José Mariani, "Cientistas Brasileiros: Cesar Lattes e José Leite Lopes" – Documentário Brasil 2003; o vídeo em VHS da homenagem prestada no Instituto de Física, pelo Reitor Jacques Marcovitch da Universidade de São Paulo, em 1998, com interessante depoimento de Lattes. Há ainda o depoimento ao projeto de Simon Schwartzmann, dos anos 70, na série do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Há várias publicações do CBPF, em homenagem a Lattes e a outras personalidades que reúnem físicos brasileiros e internacionais e escritos seus, que documentam sua vida e suas interações científicas. Há o livro "Perfis", da coleção "Ciência e Sociedade", F. Caruso e A. Tropper (Editores), CBPF/CNPq, 1997, com o artigo de José Maria Filardo Bassalo (pgs. 249 a 266). Há uma Exposição de painéis comemorativos dos 50 anos da descoberta do *meson pi* (Instituto de Física da USP e Estação Ciência, 1998) que a Sociedade Brasileira de Física estará levando à Fortaleza, na Reunião Anual da SBPC, e que estará também, de 10 a 15 de abril próximos, no Congresso Internacional de Divulgação Científica, no Rio Centro, Rio de Janeiro.

Texto distribuído pela Sociedade Brasileira de Física, em 9 de março de 2005, assinado por Amélia Império Hamburger, Ernst W. Hamburger e Adalberto Fazzio (Presidente da SBF). Professores do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, acrescido, em 16 de março, de contribuições de Fernando e Susana de Sousa Barros, Professores do Instituto de Física da UFRJ e de Igor Pacca, Professor do Instituto Astronômico e Geofísico da USP.

“O Movimento Sindical está longe de ser articulado”

Fotos Clarissa Pont



Lúcia Regina dos Santos Reis é técnica-administrativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da Executiva Nacional da CUT, maior central sindical do Brasil e da América Latina, e quinta maior do mundo. Nesta entrevista, Lúcia fala sobre a desarticulação do Movimento Sindical, embora a Central venha lutando pela unidade entre as diferentes categorias, e lamenta a desfiliação da Andes/SN à CUT, principalmente pelo fato da decisão ter sido tomada sem um amplo debate, a partir de deliberações de assembléias esvaziadas. Ela ressalta a tradição de luta dos técnico-administrativos que, aliada à disposição e à capacidade para negociar, resultou em ganhos significativos na última campanha salarial, como a garantia da implantação de um plano de carreira. As expectativas da CUT com relação às reformas Sindical, Trabalhista e Universitária também são abordadas.

Maricélia Pinheiro

O Movimento Sindical está longe de ser um movimento articulado, com perfil de classe e unificado dentro da Central. Já que estamos falando do Andes, mesmo na educação pública federal não se consegue reunir todos em um só movimento. O discurso do Andes não é exclusivo das pessoas que dirigem o Sindicato, mas que pertencem na verdade a uma concepção de movimento sindical e a algumas movimentações político-partidárias que temos assistido. Nós da CUT não temos nenhuma oposição à criação de uma nova central, mesmo porque defendemos a liberdade de autonomia sindical e os trabalhadores que assim optarem estão livres para criar sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais que, sendo representativas, possam estar no processo de negociação.

“Os que defenderam a desfiliação estão empenhados em financiar a construção do Conlutas, que é liderado pelo PSTU”

mas investindo na nossa organização, na nossa unidade, defendendo liberdade e autonomia sindical.

Adverso - Como foram as negociações com o MEC ano passado e quais os ganhos dos técnico-administrativos?

Lúcia Reis - A negociação com a Fasubra e o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), no que diz respeito aos técnico-administrativos, foi positiva no entendimento das entidades e de suas bases. Não só pelo reajuste, apesar de ser em forma de gratificação, mas porque o governo aceitou as condições que a Fasubra colocou para avançar em um processo negocial. A reivindicação era de reposição de perdas salariais e o governo apresentou uma proposta de reajuste via implantação de uma gratificação, com valor fixo em reais para os níveis de apoio, médio e superior, que teria uma repercussão financeira em termos percentuais de acordo com o nível em que cada trabalhador estivesse. Para quem era do nível de apoio, por exemplo, o aumento foi de 32%, sem diferença entre ativos e aposentados. E o governo ainda topou assinar um acordo condicionando a aceitação desse formato de correção salarial a uma incorporação no futuro, quando se der a implantação de um plano de carreiras para os técnicos. Em março começou um processo de revisão das tabelas salariais. Uma discussão que não se resume a técnico-administrativos de universidades, mas que se estendeu também aos trabalhadores da base da Condsef, que são de diferentes categorias, da base da Fenaspes e CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal).

No caso docente, houve também uma implantação no formato que o governo propôs, porque a idéia de criar gratificações, ou interferir em alguma das que já existiam para a maioria dessas categorias, foi para focalizar educação, seguridade e administração pública. Estes ganharam reajuste via implantação de gratificações ou através das que já existiam, tendo o governo assinado o compromisso de implantar carreira para quem ainda não tem.

Há lacunas importantes. Por exemplo, a expectativa que tínhamos de uma rediscussão de diretrizes gerais de carreira para o funcionalismo não se resolve, não avança. No caso do Andes em particular, a entidade deliberou por não assinar o acordo e o governo implantou a proposta que havia apresentado. Até o Sinasefe, que compartilha com o Andes o debate sobre as questões docentes, fechou acordo a partir das deliberações de suas assembléias e plenárias.

AD verso - **Como tu avalia a desfiliação da Andes à CUT?**

Lúcia Regina dos Santos Reis - A CUT lamenta a decisão de desfiliação da Andes, especialmente, por esta ter sido tomada sem um amplo debate, com base em decisões de assembléias com pequeno número de participantes, realizadas em fevereiro, mês de férias. A filiação do Andes à Central foi antecedida de muito debate para ser deliberada. Desta vez, preponderou a ilógica da disputa com objetivos político-partidários, rompendo com os princípios cutista de liberdade e autonomia sindical, visando a construção de um sindicalismo classista e orientado para a construção da unidade dos trabalhadores. Os que defenderam a desfiliação estão empenhados em financiar a construção do Conlutas, que é liderado pelo PSTU. As ADs (Seções Sindicais) filiadas à CUT, em sua maioria, foram contrárias à deliberação e já começam a avaliar a decisão do congresso que, ao que tudo indica, não será considerada, já que as ADs são filiadas à CUT de forma independente do Sindicato Nacional. Do que eu tenho acompanhado do Movimento Sindical, o Andes nunca estabeleceu um relacionamento efetivo com a CUT, o que não é sua exclusividade. A luta para que tenhamos um Movimento Sindical com unidade entre as diferentes categorias com um perfil de classe, tem sido um objetivo da central que ainda não foi atingido, por mais esforços que hajam por parte de todas as entidades, por iniciativas de diferentes correntes políticas.

A CUT é uma entidade em construção e esse debate de desfiliação está bem localizado em área pública e federal. No Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) e Fasubra (Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) a proposta foi derrotada. Na Fenaspes (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social) tomaram uma decisão bastante estranha de interromper o pagamento da contribuição à CUT e debater a desfiliação. Alguns estão concentrando suas energias em discutir a desfiliação e criticar o governo, deixando de lado o que seria necessário: pressão sobre o governo, para que ele cumpra os acordos, luta popular e sindical em torno da defesa dos direitos dos trabalhadores e de construção da própria Central, que eles afirmam que é "chapa branca", mas que continua na mesma trilha que vinha antes em torno de seus princípios.

Adverso - A disputa teria então um caráter essencialmente político?

Lúcia Reis - É o que parece. As dificuldades do Movimento Sindical não têm dono. Nós passamos por um processo difícil, com a implantação de uma política neoliberal, com todo um processo de demissão de trabalhadores e enfraquecimento do Movimento Sindical. O Movimento Sindical precisa realmente avançar, mas não é varrendo a CUT que vai se conseguir isso,

Adverso - Qual foi o aspecto mais importante da negociação?

Lúcia Reis - O grande momento do resultado desse processo negocial segmentado é a discussão e implantação de carreiras para essa massa do funcionalismo público e também a diminuição ou o fim das diferenças salariais entre ativos e aposentados. Somente no caso dos técnico-administrativos os salários são iguais. Em todas as outras categorias há diferenças que diminuíram em torno de 20%. Com o congelamento salarial ao longo do governo FHC, com certeza o peso sobre os aposentados foi muito impactante.

“O Andes, sistematicamente, tem tido um encaminhamento de contraposição com o governo. É uma maneira de conduzir o Movimento que a própria base deve avaliar”

Adverso - O que diferencia a Andes dos outros sindicatos de servidores federais nesse processo de negociação com o governo? Os técnico-administrativos, por exemplo, conseguiram incorporar gratificações, porque os docentes não conseguem?

Lúcia Reis - No caso da Fasubra, a incorporação aconteceu no último ano do governo FHC, como estratégia para dividir o Movimento Sindical, porque na época havia uma greve unificada em construção. Com a obtenção dessa incorporação, a base da Fasubra saiu e na sequência o Andes acabou também assinando um acordo com o governo. Só que a disposição de negociar e a capacidade de fazer pressão e greve que a Fasubra demonstra, têm dado a ela alguns ganhos importantes. Efetivamente, a incorporação da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) foi resultado de uma disposição de luta, de greve, mas também de negociar. O Andes tem, sistematicamente, tido um encaminhamento de contraposição com o governo, não se abrindo muito para os processos de negociação. É uma maneira de conduzir o Movimento que a base do próprio Andes deve avaliar. Para obter o resultado que teve agora, já que o governo assinou um acordo e não cumpriu, a Fasubra ficou 77 dias em greve. O governo garantiu que enviaria um projeto de lei para instituir a carreira para a categoria, mas demorou meses para fazê-lo começar a tramitar. Esse processo já foi inclusive votado.

Adverso - Então, os técnicos já têm um plano de carreira?

Lúcia Reis - Não. Os técnicos têm garantidos na lei a implantação da carreira e um processo que já se iniciou. A reestruturação de tabelas, a discussão do que vai ser a carreira, tudo isso já está em curso.

Adverso - Como a CUT vem avaliando o projeto de Reforma Sindical?

Lúcia Reis - A CUT nasceu defendendo liberdade e autonomia sindical e querendo mudar as legislações sindical e trabalhista brasileiras. Como a capacidade de intervir com propostas e participar de negociações é algo inerente à existência da Central, e tendo sido aberta a possibilidade de participar dos trabalhos no Fórum Nacional do Trabalho, a CUT seguiu aquilo que seus sucessivos congressos deliberaram. A CUT tem um sistema democrático de relações de trabalho que tratam das questões sindicais e trabalhistas. Defendemos no Fórum que a Reforma Sindical deveria preceder a trabalhista, buscando os caminhos para fortalecer o Movimento Sindical, para depois enfrentar o outro debate que sabemos que será conflituoso, complicado e no qual a gente não vai abrir mão dos direitos fundamentais da classe trabalhadora. A gente quer a Reforma Trabalhista para avançar em direitos e a Reforma Sindical para que o Movimento Sindical possa se fortalecer e ter condições de enfrentar os processos de negociação e de luta. Na nossa avaliação, o que obtivemos é positivo. A gente não conseguiu a liberdade e autonomia sindical, mas caminha para ela. Conseguimos o fim do imposto sindical, a organização do local de trabalho, a negociação coletiva para servidores públicos e a organização

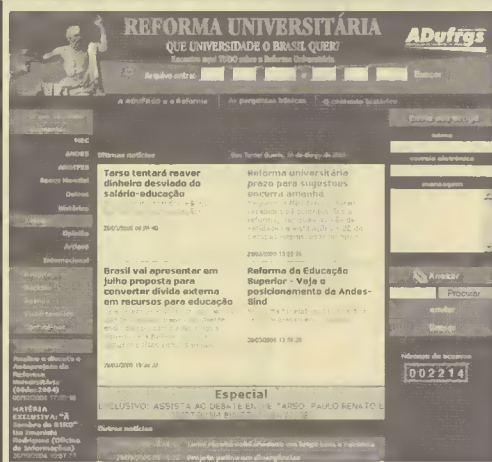
por ramo de atividade. O desenho que a legislação hoje impõe, de sindicato por categoria, imposto sindical que é arrecadado por entidades que não se sabe sequer o endereço e que não têm nenhuma atividade efetiva para defender os trabalhadores, está ultrapassado. Precisamos de mudanças na legislação que produza resultados. O que a gente supõe é que, aberto esses espaços, por exemplo, um trabalhador é eleito em seu local de trabalho, vira representante sindical e não pode ser demitido. Pode atuar, pode levar o debate para os trabalhadores. Para nós esse é um ponto fundamental da Reforma. São aspectos disputados e agora o governo vai mandar a sua proposta, a que saiu do Fórum Nacional do Trabalho. Vencida essa primeira etapa do debate dentro do Fórum, vamos para o Congresso, para tentar mudar os aspectos que não satisfazem totalmente ou parcialmente aquilo que reivindicamos. Para alguns, a tática correta é ser contra a Reforma Sindical, o que não se entende muito bem. Queremos mudanças na estrutura sindical e acreditamos em avanços. Fizemos uma discussão na Executiva Nacional e colocamos à disposição na página eletrônica da CUT, em forma de documento, os pontos que, para nós, precisam ser ajustados.

“Esperamos que a discussão da Reforma Universitária resulte em algo positivo, principalmente no sentido de democratizar o acesso à universidade, sem abrir mão da qualidade”

Adverso - A CUT tem se envolvido no debate da Reforma Universitária. Em que a Central poderia ajudar para aprimorar o projeto?

Lúcia Reis - A única iniciativa tomada pela CUT até o momento foi de fazer um seminário, reunindo trabalhadores da educação para debater a Reforma Universitária. Do processo de debate com o governo, que já aconteceu, participaram entidades filiadas à CUT, como Andes, Fasubra e Sinasefe. Pretendemos fazer uma nova atividade antecedendo a plenária da CUT em maio. Um dos pontos da pauta da plenária é a Reforma Universitária. A CUT já se colocou contra aspectos da Reforma e algumas das medidas que o governo já tomou. Mas a intervenção mais direta não é da própria Central, que repercute aquilo que suas entidades filiadas vêm defendendo. Mas com certeza consideramos que a CUT e suas filiadas devem interferir no processo de debate. Aliás, a maioria delas e a própria Central defendem que haja Reforma Universitária, assim como defendemos as reformas Trabalhista e Sindical. Esperamos que a discussão da Reforma Universitária resulte em algo positivo, principalmente no sentido de democratizar o acesso à universidade, sem abrir mão da qualidade.

Os rumos da Educação Superior estão em disputa



.....www.adufrgs.org.br

Acesse o saite da Adufrgs, entre no portal da Reforma Universitária e participe do debate

.....www.universidadepublica.org.br



OS "Mestres Loucos" DO CINEMA ETNOGRÁFICO

por Luiz Eduardo Robinson Achutti

professor do Instituto de Artes da Ufrgs

Durante a semana do último Fórum Social Mundial em Porto Alegre, público e pesquisadores interessados tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da obra do cineasta e etnógrafo francês Jean Rouch, 86 anos, falecido no ano passado.

Se é verdade que neste Fórum de 2005 houve muitas opções na área cultural, esta oportunidade de conhecer o cinema de Jean Rouch foi especial. Na sala P.F. Gastal da Usina do Gasômetro, seus filmes foram apresentados e depois comentados pelo cineasta Jean Arlaud, que veio a Porto Alegre, com apoio do Ministério das Relações Exteriores da França, especialmente para isso.

Rouch tinha formação em engenharia, depois de conhecer e fotografar a África dedicou-se exclusivamente à antropologia e ao cinema, tornando-se um pesquisador reconhecido mundialmente como um dos fundadores da antropologia visual. Limitações de ordem técnica e seu gênio criativo, levaram-no a reinventar a linguagem cinematográfica e ser reconhecido como pioneiro da "Nouvelle Vague". Godard, em 1959, depois de assistir "Moi, un noir" disse tratar-se de um filme dos mais audaciosos, filme de um homem livre.

Arlaud, que costuma dizer que faz cinema e antropologia para estar ao lado das pessoas e observar como elas reinventam a vida no dia-a-dia, foi influenciado pela obra de Rouch com quem diz ter aprendido a filmar com liberdade. Arlaud também tem uma filmografia de grande qualidade. Seus dois filmes mais recentes tratam do cotidiano de pessoas comuns, "Ici il n'y a pas la guerre", rodado nos cafés populares do XVIII arrondissement de Paris, e "Touchez pas au Malang" que faz o inventário

do universo simbólico de uma oficina de caminhões na capital do Paquistão. Arlaud começa a rodar seu próximo filme a poucos quilômetros de Porto Alegre.

Rouch foi orientador de doutorado de Arlaud, em 1979, e desde então ficaram amigos para sempre. Entre 1998 e 2002, Arlaud foi meu orientador de doutorado, tempo em que tive o privilégio de observar seus encontros não planejados, quando falavam sobre cinema, antropologia e sobre a vida. Foram momentos ricos em informações, afeto e sabedoria. Ao observador se impunha escutar, testemunhar e, quando muito, fotografar, tal era a intensidade que só os encontros entre pessoas sensíveis e amigas de longa data podem proporcionar. Fotografei-os em preto e branco. Algumas fotos estiveram expostas ao lado da sala de cinema durante a mostra dos filmes de Rouch.

O último desses encontros para mim foi em 2002, no café-bureau de Rouch *L'Observatoire*, na avenida Montparnasse, em Paris. Ele que não usava telefone celular, para espanto de muitos trafegava pelas ruas de Paris com seu Cintroën 2 cavalos (2HP), e ainda guardava a vivacidade e a energia dos tempos em que era um jovem descobrindo sua paixão pela cultura africana. Ele recebia as pessoas todas as quintas-feiras das 8h às 10h, durante seu café da manhã. Alguns passavam apenas para vê-lo brevemente, outros sentavam para escutar suas histórias e falar sobre cinema.

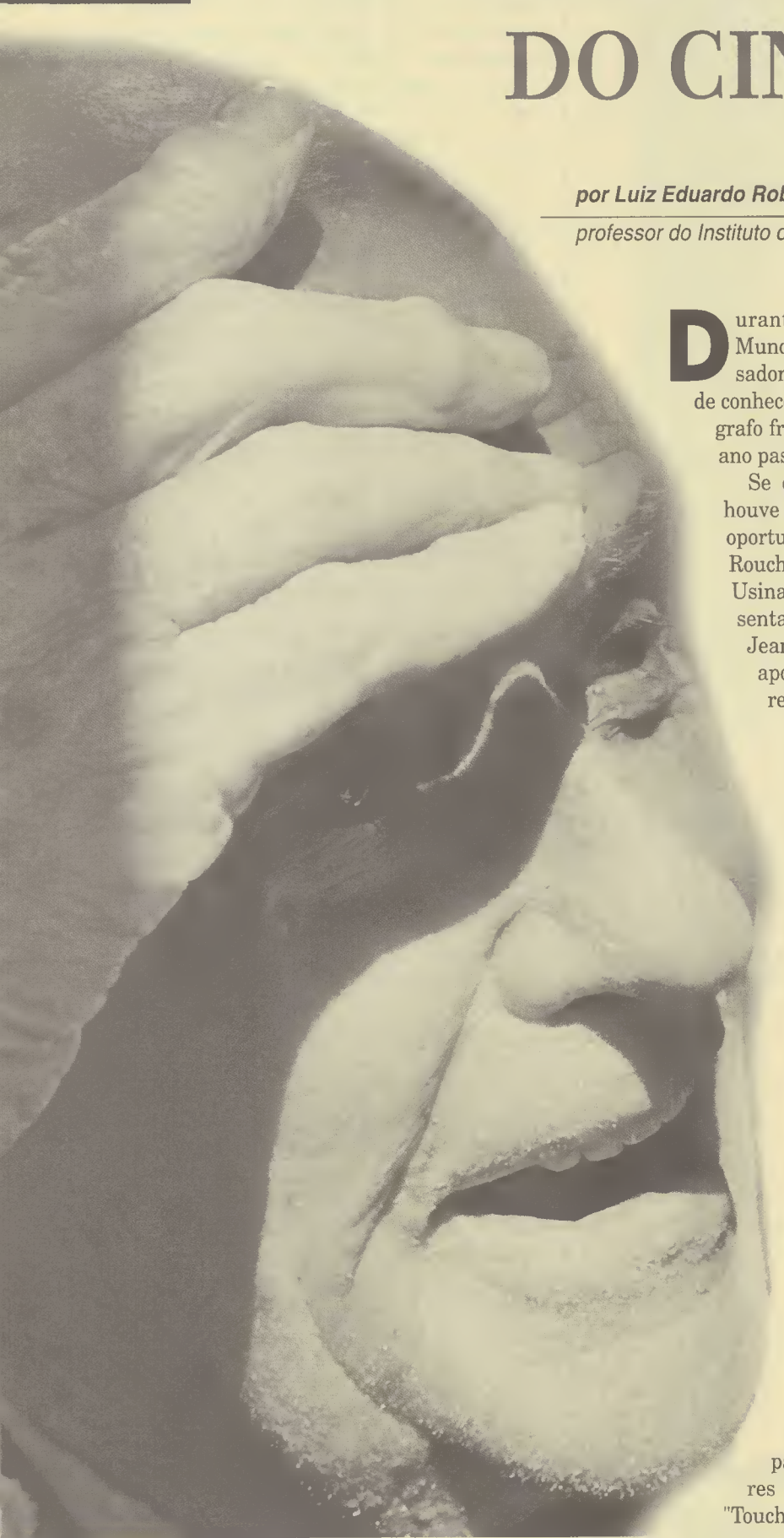
Jean Rouch gostava de repetir que ele era o primeiro espectador das suas imagens e que o etnólogo deve fazer suas próprias imagens.

Se tomarmos nossas vidas como roteiro, em alguns casos, como foi a vida de Rouch, poderemos ter filmes de muita qualidade, mas com finais sempre incompreendidos, e, algumas vezes, pobres e absurdos.

Claquete: Roda!

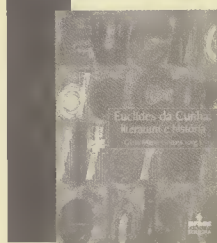
Dezoito de fevereiro de 2004, Rouch viaja de carro pelo norte da Nigéria sentado ao lado do condutor, um cineasta africano. No banco de trás estão sua mulher e um ator. Subitamente, um caminhão que cruza a frente deles obriga o motorista a fazer uma freada brusca evitando o choque. Rouch bate com a cabeça no pára-brisa. Atônitos, aos demais ocupantes resta avisar a França que Rouch não mais voltará.

Corta!



Luiz Achutti

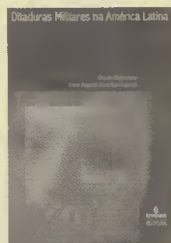
ORELHA



Euclides da Cunha: literatura e história
Gínia Maria Gomes (organizadora)

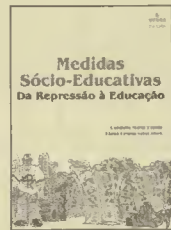
Mistura de registro histórico, ensaio científico e literatura de maior grandeza, que

mudou para sempre a consciência que o homem brasileiro tinha de seu próprio país. "Os sertões" permanece como marco da fundação do nacionalismo crítico em nossa cultura. Editora Ufrgs. 342 páginas. R\$ 25,00



Ditaduras Militares na América Latina
Cláudia Wasserman e César Augusto Guazelli (organizadores)

O livro é resultado do seminário "A Ditadura na América Latina", promovido pelo Departamento de Difusão Cultural da Ufrgs, com o apoio do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Editora Ufrgs. 216 páginas. R\$ 30,00




Medidas Sócio-Educativas Da Repressão à Educação

Camem Maria Craidy e Liana Lemos Gonçalves


O livro dá voz aos meninos de rua, com os quais as autoras trabalharam. Eles aparecem no texto não apenas como números, reveladores das tragédias de suas vidas, mas nas falas que o livro reproduz. Editora Ufrgs. 166 páginas. R\$ 15,00

WWW

Geral

 www.nominimo.com.br
Divulga e comenta fatos da política, esportes, economia e cultura brasileira. Tem como colunistas Zuenir Ventura, Ricardo Kotscho, Villas-Boas Corrêa, entre outros.

Ciências

 www.comciencia.com.br
Revista eletrônica de jornalismo científico. Traz notícias, reportagens, entrevistas, resenhas, radar da ciência e links afins.